

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO: UMA EXPERIÊNCIA  
ATRAVÉS DO PROJETO JOVEM APRENDIZ DA IDES/PROMENOR**

**DEBORA GIRARDI**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 02/03/2009

  
*Rosana Maria Gaio*  
Coord. de Estágio e TCC  
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC

**Florianópolis  
2008.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO: UMA EXPERIÊNCIA  
ATRAVÉS DO PROJETO JOVEM APRENDIZ DA IDES/PROMENOR**

**DEBORA GIRARDI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Elizabeth Callado de Oliveira Carreirão.

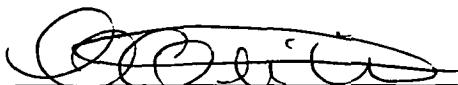
**Florianópolis  
2008.**

**DEBORA GIRARDI**

**O JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO: UMA EXPERIÊNCIA  
ATRAVÉS DO PROJETO JOVEM APRENDIZ DA IDES/PROMENOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA:**



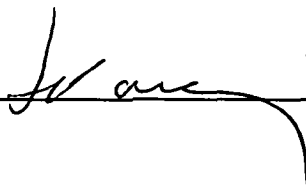
---

**Prof.ª Ms. Elizabeth Callado de Oliveira Carreirão**  
**Presidente**



---

**Prof.ª Ms. Maria Izabel da Silva**  
**1.ª Examinadora**



---

**Dr.ª Regina Panceri**  
**2.ª Examinadora**

**Florianópolis, 02 de março de 2008.**

***“Quem nunca sofreu jamais saberá o  
que é felicidade”***

André Luiz Girardi

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, da sorte de desfrutar de tantos momentos felizes nesta caminhada e pela força alcançada nos mais diversos momentos.

Agradeço aos profissionais presentes no Núcleo Formação e Trabalho – IDES/PROMENOR, assistentes sociais, pedagoga, educadores, auxiliar de escritório que muito contribuíram com meu crescimento profissional no tempo de estágio.

À professora e orientadora Elizabeth Callado de Oliveira Carreirão que, com sabedoria, paciência, objetividade e sinceridade, mostrou-se sempre disponível e contribuiu de fato com a construção deste trabalho.

Às profissionais Regina Panceri e Maria Izabel da Silva que aceitaram prontamente participar da banca examinadora deste trabalho e também contribuíram com muita simpatia com seus conhecimentos e experiências profissionais.

Aos adolescentes que participaram deste trabalho através de pesquisa realizada, sendo as figuras principais para as respostas almejadas, contribuindo com suas declarações e experiências vivenciadas como jovens aprendizes no Projeto Jovem Aprendiz.

Agradeço imensamente à minha família, a meus pais Dirceu e Edilene pela força, carinho e dedicação oferecidos, e que para mim são exemplos de fé, amor, força e união. Vocês fazem parte do meu crescimento, amadurecimento, da minha vida. Obrigada! Amo vocês!

Ao meu irmão Jhonata pelos momentos felizes, descontraídos e intensamente vividos. Ao meu irmão André que, mesmo longe fisicamente, está sempre em meus pensamentos, lembranças e em meu coração. Amo vocês!

À minha tia Fernanda que sempre se mostrou disponível e paciente, contagiando com sua força e sabedoria e agora desfrutando do dom da maternidade com a linda Anna Maria.

Ao meu amado Tiago, que esteve ao meu lado, dedicando seu amor, carinho, simplicidade e seus conhecimentos. Você já faz parte da minha vida!

Às minhas grandes amigas Aline, Daniela, Cristiane, Daniele, Alice, Cassia, Fabiana, Iassana, Monique, Adriane, que sempre me deram força e proporcionaram momentos inesquecíveis de felicidade e risadas, dividindo angústias, medos, dúvidas, cada uma com suas particularidades, mas sempre apoiando, seja no estágio, na UFSC ou no dia-a-dia. Levo um pouco de cada uma comigo, vocês moram no meu coração!

Às queridas amigas Hilda e Francielle, exemplo de simplicidade e amizade, pelos momentos descontraídos e de aprendizado ao lado de vocês.

Agradeço ainda àqueles que, mesmo distantes, amigos, parentes, colegas, professores, profissionais, colaboraram para que eu alcançasse meus objetivos e contribuíssem com meu crescimento profissional e pessoal.

Muito Obrigada!

## RESUMO

GIRARDI, Debora. **O jovem e o mercado de trabalho**: uma experiência através do Projeto Jovem Aprendiz da IDES/PROMENOR. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

O presente trabalho constitui-se a partir da experiência de estágio realizado no Projeto Jovem Aprendiz na IDES/PROMENOR. Oportunizando a inclusão no mercado de trabalho, o Projeto atende a jovens de 14 a 18 que se inscrevem e visam à qualificação profissional. Durante o tempo de estágio, muitos foram os jovens que passaram pelo PJA e tiveram a oportunidade do primeiro emprego no mercado formal de trabalho. A partir dessa demanda, notou-se a importância de conhecer a realidade dos adolescentes após a participação no Projeto, bem como avaliar se este oportuniza a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Para tal, foi realizada uma pesquisa com adolescentes desligados do PJA no ano de 2007, na qual se utilizou a entrevista semiestruturada, procurando promover um contato mais próximo com os jovens. Desta forma, o trabalho apresenta-se em três seções. A primeira contempla o período da adolescência e da juventude, momento de transição para a vida adulta, que acarreta novas responsabilidades e desafios, em que a inserção no mercado de trabalho, que também é abordada e analisada nessa seção, passa a fazer parte desse processo. A oportunidade da experiência profissional oferecida pelo PJA, embasada na Lei de Aprendizagem, é trabalhada na segunda seção. Visto a importância do acompanhamento profissional do Serviço Social nesse contexto, também se discorre sobre a atuação do Serviço Social junto ao Projeto Jovem Aprendiz. A pesquisa, apresentada e analisada na terceira e última seção do trabalho, conclui que o PJA proporciona aos jovens a sua inserção no mercado de trabalho após terem dele participado, e que grande parte dos jovens tem a chance de ser contratado pela empresa em que atuou como jovem aprendiz, o que mostra o bom desenvolvimento profissional apresentado pelo jovem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Jovem Aprendiz. Mercado de Trabalho. Lei de Aprendizagem. Jovem. Experiência profissional.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Percentual de jovens convidados a permanecer nas empresas .....	55
<b>Gráfico 2:</b> Tempo de inserção no mercado de trabalho após o desligamento .....	56
<b>Gráfico 3:</b> Busca por aperfeiçoamento profissional .....	58



## **LISTA DE SIGLAS**

<b>CEAP</b>	Centro de Aprendizagem Profissional
<b>CEIG</b>	Centro de Educação Infantil Girassol
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>CTPS</b>	Carteira de Trabalho e Previdência Social
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
<b>FUNABEM</b>	Fundação de Bem-Estar do Menor
<b>IDES</b>	Irmandade do Divino Espírito Santo
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>NAE</b>	Núcleo Arte Educação
<b>NUI</b>	Núcleo Infantil
<b>NUFT</b>	Núcleo Formação e Trabalho
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONG</b>	Organização não Governamental
<b>PEAS</b>	Programa Espaço Alternativo do Saber
<b>PJA</b>	Projeto Jovem Aprendiz
<b>PJT</b>	Projeto Jovem Trabalhador
<b>PNBM</b>	Política Nacional de Bem-estar do Menor
<b>PPPIP</b>	Projeto Político Pedagógico da IDES/PROMENOR
<b>PROMENOR</b>	Associação Promocional do Menor Trabalhador

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 O MERCADO DE TRABALHO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS EXIGÊNCIAS PROFISSIONAIS NA ADOLESCÊNCIA</b> .....	14
1.1 <b>Adolescência e juventude: um período de transição</b> .....	14
1.2 <b>O jovem e o mercado de trabalho atual</b> .....	19
1.2.1 <i>A importância da capacitação profissional</i> .....	23
1.3 <b>O marco das políticas públicas e a profissionalização como direito</b> .....	25
<b>2 O SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO JOVEM APRENDIZ</b> .....	30
2.1 <b>O processo de expansão do Serviço Social e o exercício profissional nas relações sociais</b> .....	30
2.2 <b>A Lei de Aprendizagem (10.097/2000) e o Projeto Jovem Aprendiz</b> .....	37
2.3 <b>A atuação do Serviço Social junto ao Projeto Jovem Aprendiz</b> .....	43
<b>3 PESQUISA COM JOVENS APRENDIZES DESLIGADOS DO PROJETO JOVEM APRENDIZ</b> .....	51
3.1 <b>A pesquisa</b> .....	51
3.2 <b>Metodologia</b> .....	52
3.2.1 <i>Tipo de pesquisa</i> .....	52
3.2.2 <i>População</i> .....	52
3.2.3 <i>Instrumento de coleta de dados</i> .....	53
3.2.4 <i>Pré-teste</i> .....	54
3.2.5 <i>Realização da entrevista</i> .....	55
3.3 <b>Apresentação e análise dos resultados</b> .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	65

<b>APÊNDICES</b> .....	69
<b>APÊNDICE A: Entrevista semiestruturada</b> .....	70
<b>ANEXOS</b> .....	72
<b>ANEXO A: Lei de Aprendizagem</b> .....	73
<b>ANEXO B: Regulamento Interno do Projeto Jovem Aprendiz</b> .....	77
<b>ANEXO C: Cronograma do Treinamento Admissional</b> .....	81

## INTRODUÇÃO

As constantes modificações do mercado de trabalho no que tange às exigências profissionais afetam as várias classes sociais e etapas da vida, como, por exemplo, a adolescência. Por meio do estágio realizado na Irmandade do Divino Espírito Santo/ Associação Promocional do Menor Trabalhador (IDES/PROMENOR), no Projeto Jovem Aprendiz (PJA), junto ao Núcleo Formação e Trabalho (NUFT), foi possível notar o grande número de adolescentes que buscam a oportunidade do aprendizado e da experiência profissional.

A IDES/PROMENOR é uma organização filantrópica, assistencial e sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Florianópolis. A IDES (fundada em 10 de junho de 1773), juntamente com a PROMENOR (incorporada e administrada pela IDES em 1977), procura atuar na assistência e formação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, visando a promover a cidadania e o desenvolvimento social, seguindo sua trajetória de atendimento com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

As demandas atendidas pela Instituição são crianças e adolescentes de zero a dezoito anos, de ambos os sexos, de baixa renda e em situação de vulnerabilidade, ou seja, enfrentando toda e qualquer situação de negligência dos pais, maus tratos, abandono, desemprego, dentre outros aspectos relevantes.

Atualmente a Instituição conta com a presença de três Núcleos voltados ao bem-estar de crianças e adolescentes: Núcleo da Infância (NUI); Núcleo Arte e Educação (NAE) e o Núcleo Formação e Trabalho.

O Núcleo Formação e Trabalho presta atendimento a adolescentes de 14 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, proporcionando a capacitação, a inserção e o acompanhamento no mercado de trabalho. O Núcleo atende atualmente cerca de 390 adolescentes inseridos no mercado de trabalho por meio das empresas conveniadas. Os usuários procuram o Projeto espontaneamente, através de pessoas que conhecem ou já participaram do Núcleo.

O PJA busca, conforme a Lei n.º 10.097/00 (Lei de Aprendizagem) (vide anexo A), que regula a condição de jovem aprendiz, e o ECA, concretizar o que é proposto no sentido do desenvolvimento profissional dos jovens.

Através do acompanhamento realizado pelo Serviço Social aos jovens inseridos no PJA, observa-se que, após seu desligamento do Projeto, alguns adolescentes são convidados a continuar trabalhando no local. Outros, porém, não têm a mesma oportunidade e não se tem conhecimento do que buscam após sua saída.

Desta forma, procurou-se, através de pesquisa com jovens desligados do Projeto Jovem Aprendiz no ano de 2007, conhecer a realidade atual em que se inserem no que diz respeito ao andamento profissional. Ao entrevistar os adolescentes, tem-se também a oportunidade de avaliar o Projeto Jovem Aprendiz, verificando junto a eles a importância de sua participação no Projeto, assim como verificar se o PJA motivou o adolescente a procurar algum aperfeiçoamento profissional após seu desligamento na empresa.

Assim, o presente trabalho consiste em levantar informações sobre o desenvolvimento profissional do jovem, bem como o desenvolver do PJA. Tendo o Projeto como um meio de formação e capacitação profissional, questiona-se: a participação do jovem no Projeto Jovem Aprendiz oportuniza a sua inserção no mercado de trabalho após seu desligamento do Projeto?

Neste processo de pesquisa, através de entrevista e contato com os jovens, pode-se avaliar e verificar de que forma o Projeto Jovem Aprendiz vem contribuindo para a formação profissional dos jovens, visto que esta apresenta cada vez mais dificuldades diante das influências e exigências impostas pelo mercado de trabalho.

O trabalho é apresentado em três seções direcionadas ao desenvolvimento do jovem na sociedade, que se depara com os desafios, escolhas e responsabilidades que existem nessa fase, bem como com os direitos que lhe são garantidos.

Na primeira seção contemplam-se as transformações existentes no período da adolescência, sendo este um momento de muitas escolhas e modificações tanto biológicas quanto emocionais. Destaca-se, também, a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, o qual vem exigindo pessoas cada vez mais qualificadas e dispostas, influenciando inclusive os adolescentes. O processo de profissionalização para os adolescentes existe e é de direito, assunto este também elencado no decorrer da seção.

O PJA e a Lei de Aprendizagem são bastante destacados na segunda seção, bem como a atuação do Serviço Social nesse contexto. O Projeto coloca em prática a Lei de Aprendizagem e tem o assistente social como profissional que atua nas atividades e que muito pode contribuir com as questões referentes aos direitos assegurados aos adolescentes.

Através de pesquisa com jovens desligados do Projeto Jovem Aprendiz, pôde-se avaliar a importância da participação no Projeto e o desenvolvimento profissional, verificando

as possibilidades que a experiência profissional acarretou ao futuro pessoal e profissional dos adolescentes. Toda a pesquisa encontra-se explanada na terceira e última seção deste trabalho.

# **1 O MERCADO DE TRABALHO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS EXIGÊNCIAS PROFISSIONAIS NA ADOLESCÊNCIA**

Ao longo de décadas, muitas políticas sociais e ações voltadas ao bem-estar de crianças e adolescentes foram vagarosamente sendo estabelecidas e praticadas. Mesmo com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito à profissionalização nessa fase da vida é conturbado e pouco exercido.

Com as fortes e constantes transformações do mercado de trabalho, as exigências no que se refere à inserção nesse meio provocam os indivíduos a buscarem capacitação profissional e a se adaptarem a uma nova realidade profissional, com trabalhadores mais flexíveis, comprometidos e interessados.

Desta forma, oportunizar ao adolescente a sua inserção no mercado de trabalho requer entender como se dá seu desenvolvimento na sociedade atual, sua realidade, bem como seu desenvolvimento pessoal.

## **1.1 Adolescência e juventude: um período de transição**

Os períodos da adolescência e da juventude são bastante debatidos atualmente, sendo períodos da vida constituídos por momentos difíceis e desafiadores, isto não só para quem os vive, mas também para quem está a sua volta. É um período marcado por diversas mudanças no âmbito biológico e emocional, podendo ser considerado um processo de adaptação a uma nova realidade, bem como àquela em que o adolescente já está inserido.

“A adolescência é o prisma pelo qual os adultos olham os adolescentes e pelo qual os próprios adolescentes se contemplam. Ela é uma das formações culturais mais poderosas de nossa época” (CALLIGARIS, 2000, p. 09).

Vários podem ser os determinantes do período da adolescência e da juventude, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é um período da vida que começa aos 10 e vai até os 19 anos<sup>1</sup>. Já no Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>2</sup> considera-se adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade. No entanto, o período da adolescência e da juventude não é medido apenas pela faixa etária vivida pelas pessoas, os fatores

---

<sup>1</sup> Vivendo a adolescência. Disponível em: <[http://www.adolescencia.org.br/portal\\_2005/secoes/saiba/saiba\\_mais\\_nos.asp?secao=saiba&tema=nos](http://www.adolescencia.org.br/portal_2005/secoes/saiba/saiba_mais_nos.asp?secao=saiba&tema=nos)>. Acesso em: 20 jan. 2008.

<sup>2</sup> Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, criada após disposição na Constituição de 1988.

comportamentais, físicos e biológicos também podem ser meios de distinguir o adolescente da pessoa adulta.

Como informa Bock (2004) *apud* Alberton (2008, p. 02),

A adolescência tem sido tomada, em quase toda a produção sobre o assunto, na psicologia, como uma fase natural do desenvolvimento, isto é, todos os seres humanos, na medida em que superam a infância, passam necessariamente por uma nova fase, intermediária à vida adulta, que é a adolescência. Inúmeros estudos dedicaram-se à caracterização dessa fase e a sociedade apropriou-se desses conhecimentos, tornando a adolescência algo familiar e esperado. Junto com os primeiros pêlos no corpo, com o crescimento repentino e o desenvolvimento das características sexuais, surgem as rebeldias, as insatisfações, a onipotência, as crises geracionais, enfim tudo aquilo que a psicologia, tão cuidadosamente, registrou e denominou de adolescência.

O conceito de Zagury (1996, p. 24) esclarece:

A adolescência caracteriza-se por ser uma fase de transição entre a infância e a juventude. É uma etapa extremamente importante do desenvolvimento, com características muito próprias, que levará a criança a tornar-se um ser adulto, acrescida de capacidade de reprodução. As mudanças corporais que ocorrem nesta fase são universais, com algumas variações, enquanto as psicológicas e de relações variam de cultura para cultura, de grupo para grupo.

Quando se fala em adolescência e juventude, os dois termos podem ter conotações diferentes, porém, quando analisada a representação de cada termo em nosso cotidiano, percebemos que eles se entrelaçam quanto aos significantes comportamentais, biológicos e também da idade.

A biologia, por exemplo, divide o período da juventude em duas fases: a pré-adolescência, de 10 a 14 anos, e a adolescência, de 15 a 19 anos. Para a sociologia, a juventude começa aos 15 e termina aos 24 anos. Assim, são várias as correntes teóricas que ressaltam as distintas dimensões sobre o termo<sup>3</sup>.

Para Groppo (2000), a juventude é definida como uma categoria social, uma concepção e/ou criação simbólica fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios jovens e, ainda, conforme o autor,

---

<sup>3</sup> MACHADO, F. Q. Por uma história da juventude brasileira. *Revista da UFG*, v. 6, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/juventude/juventude.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/juventude/juventude.html)>. Acesso em 10 jan. 2008.



[...] trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas (GROPPO, 2000, p. 08).

Segundo dados do site Vivendo a Adolescência<sup>4</sup>, existem hoje, no mundo todo, um bilhão de pessoas vivendo a fase da adolescência, ou quase 20% da população mundial. Já no Brasil, existem cerca de 34 milhões de adolescentes, 21,84% da população total do país.

Durante muito tempo, aproximadamente até final dos anos 1960, no Brasil, os jovens com maior foco e visibilidade eram aqueles escolarizados da classe média, o que condensava o significado da condição juvenil<sup>5</sup>. Contudo, nas últimas décadas, a preocupação centrou-se na questão das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que, como citam Abramo e Branco (2005), emergiu como um tema de extrema gravidade, desencadeando mobilizações sociais<sup>6</sup> em torno da defesa dos direitos desses segmentos.

A adolescência e a juventude são parte de uma construção social e muitos aspectos reportam-se a esse fato. É fundamental entender que se trata de uma fase que, ao longo dos tempos, vem durando cada vez mais. Neste sentido, Calligaris (2000, p. 18) informa:

Em nossa cultura, a passagem para a vida adulta é um verdadeiro enigma. A adolescência não é só uma moratória mal justificada, contradizendo valores cruciais como o ideal de autonomia. Para o adolescente, ela não é só uma sofrida privação de reconhecimento e independência, misteriosamente idealizada pelos adultos. É também um tempo de transição, cuja duração é misteriosa.

Ainda conforme o autor, a transição da infância para a adolescência torna-se bastante insegura principalmente para o adolescente, pois ele constata facilmente que perdeu a graça infantil que parecia garantir o amor incondicional, a proteção e solicitude dos adultos e pais. A forma de ver e entender aquela criança muda e torna-se mais intrincada.

Ao estudar esse período evolutivo, a psicóloga Cantone (2001) baseia-se em três perdas fundamentais<sup>7</sup> que nele ocorrem:

<sup>4</sup> ADOLESCÊNCIA e família: a difícil arte de adolecer. Disponível em: <[www.adolescencia.org.br](http://www.adolescencia.org.br)>. Acesso em: 18 ago. 2008.

<sup>5</sup> ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**, 1. ed., 2005.

<sup>6</sup> Mais adiante resultaram na criação do ECA, tornando-se instrumento legal de ação para com as crianças e adolescentes.

<sup>7</sup> ADOLESCÊNCIA e família: a difícil arte de adolecer. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/portal/modules/news/article.php?storyid=97>>. Acesso em: 10 out. 2008.

1. perda do corpo infantil;
2. perda dos pais da infância;
3. perda da identidade e do papel sociofamiliar infantil.

Essas características estão fortemente vinculadas ao processo de transição da adolescência dentro do corpo familiar, da necessidade de se obter um entendimento dessa fase e suas perdas tanto por parte dos adolescentes como das pessoas a sua volta.

Observamos que os adolescentes assim como os seus familiares estão, na maioria das vezes, desinformados sobre as mudanças que ocorrem nesta fase, gerando, na maioria das vezes, conflitos na relação e dificuldades na convivência (CANTONE, 2001, p. 03).

Assim, para que se possa compreender e lidar com os adolescentes, a autora assinala ainda que é fundamental que se conheça a chamada “Síndrome da Adolescência Normal”, caracterizada por algumas etapas, sendo:

1. busca de si mesmo e da identidade adulta;
2. tendência grupal;
3. necessidade de intelectualizar e fantasiar;
4. crises religiosas;
5. deslocação temporal;
6. evolução sexual;
7. atitudes sociais reivindicatórias;
8. contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta;
9. separação progressiva dos pais;
10. constantes flutuações do humor e do estado de ânimo.

A relação entre os pais e os adolescentes nessa fase é, muitas vezes, conturbada por falta de preparação e orientação das possíveis transformações que acontecem com os jovens nesse momento. O fato de lidar com o comportamento contraditório, inseguro e até agressivo dos adolescentes torna a realidade social e familiar mais complicada.

Porém, “estes comportamentos são relativos e construídos de acordo com o meio social vivenciado, eles se constroem como tais na especificidade dos recursos de que

dispõem” (DAYRELL, 2003), ou seja, os jovens sofrem as influências do meio social, das culturas presentes, da religião, dos grupos étnicos e, inclusive, a condição dos pais (no sentido econômico, político, formação e vida profissional, escolaridade, etc.) também constituem dimensões que podem interferir na produção de cada um como sujeito social<sup>8</sup>.

Nesta perspectiva, Zagury (1996) esclarece que, junto com estas modificações estruturais, biológicas e comportamentais, ocorrem também as modificações no nível social. As formas de se vestir, agir e falar passam a ter influência dos amigos, dos grupos, da família e ainda da mídia. O próprio medo da não aceitação do grupo social faz com que os adolescentes ajam de acordo com a maioria.

Nesse período, o desenvolvimento intelectual é notado e torna-se mais apurado, surgem os questionamentos, as opiniões, a busca da independência e a sociabilidade também é maior, apesar de a insegurança ser muito grande.

A independência intelectual surge com muita força, muitas vezes apresentando-se como rebeldia em relação às autoridades em geral. [...] começam a questionar os princípios da sociedade, da religião, da política e até da família. Tem tendência de buscar novas alternativas, novas respostas (ZAGURY, 1996, p. 26).

A adolescência é considerada, também por Zagury (1996), um período da busca pela identidade, no qual o jovem precisa de tempo, pois acarreta angústia, existem as dificuldades de relacionamento, a confusão e o medo. Nesse momento, os ambientes frequentados pelos jovens e adolescentes são fundamentais para essa formação, visto que estes influenciam no seu comportamento e atitudes.

A escola, os locais de lazer, a casa, o bairro são espaços próprios de interação entre os indivíduos, no entanto podem abordar realidades distintas, influenciando no que tange ao comportamento desses mesmos indivíduos.

Como o foco aqui é o jovem e o adolescente, estes tendem a ser mais facilmente influenciados devido ao período de formação comportamental em que se encontram e precisam de orientação, apoio e auxílio quanto à postura diante dos diferentes costumes, tribos e conceitos.

---

<sup>8</sup> DAYRELL (2003) traz a concepção dos jovens como sujeitos sociais, assumindo a idéia de Charlot (2000) “para quem o sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais” (CHARLOT, 2000 apud DAYRELL, 2003, p. 43).

A fase da adolescência e da juventude é um momento de amadurecimento, de o jovem formar opiniões e de conhecer melhor a realidade em que se insere, o que é essencial nesse processo de desenvolvimento intelectual, social e também de relação social.

As relações sociais podem ser estabelecidas nesse momento, tornando-se duradouras e até mesmo transformando ou criando novos vínculos familiares, de amizade e também profissionais.

Assim, a adolescência não pode ser entendida como um tempo que termina, como a fase de crise ou de trânsito entre a infância e a vida adulta, entendida como a última meta da maturidade. Mas representa o momento do início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. Um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes, de algum modo, ao longo da vida (DAYRELL, 2003, p. 42).

Todo esse processo traz consigo um período de escolhas, muitas vezes, decisivas. O aspecto profissional, a procura pelo primeiro emprego, por exemplo, começam a fazer parte da realidade de muitos adolescentes que, por diversos motivos, decidem inserir-se no mercado de trabalho. No entanto essa escolha acarreta exigências e a busca por capacitação profissional, sendo uma realidade, muitas vezes, bastante rígida, mas também enriquecedora.

## 1.2 O jovem e o mercado de trabalho atual

Atualmente vivencia-se uma realidade bastante divergente no que diz respeito ao mercado de trabalho<sup>9</sup>. Inserir-se nesse meio exige cada vez mais muito preparo, maior qualificação e competência por parte daquele que busca essa inclusão. Muitas são as pessoas que estão à procura da oportunidade do primeiro emprego e da realização profissional, ou por obrigação, ou por necessidade; a inserção no mercado do trabalho está tornando-se prioridade na vida de muitos, inclusive dos jovens.

Os motivos que levam o jovem a inserir-se no mercado de trabalho podem ser os mais diversos: exigência dos pais, independência financeira, questão de necessidade, aprendizado,

---

<sup>9</sup> Atualmente, podemos considerar que o mercado de trabalho brasileiro engloba diversas formas de trabalho, sendo sintetizadas basicamente em dois tipos e que se interagem: o trabalho informal (trabalhadores sem vínculo empregatício e sem direitos trabalhistas) e o trabalho formal (trabalhadores com vínculo empregatício, ou seja, com carteira de trabalho assinada, tendo garantidos seus direitos trabalhistas e previdenciários).

experiência profissional. Ou ainda, segundo Tiba (1986), geralmente os adolescentes gostam de trabalhar, é um momento de mostrar suas capacidades e ainda receber um salário.

O trabalho dá ao adolescente a posição de adulto, pois implica responsabilidade de produzir algo e de ser remunerado pelo que realiza. Terá as funções bem delineadas que testarão sua capacidade de realizá-las. Com o compromisso acrescido da realização e da remuneração descortina-se uma nova dimensão para o adolescente: a identidade social através do trabalho, a importância de estar produzindo e a independência de poder fazer o que quiser com o dinheiro ganho (*Ibid*, p. 78).

Entretanto, existem vezes em que os próprios pais não concordam ou não incentivam o jovem na procura do trabalho, preferem que, nessa fase da vida, busquem oportunidades de aperfeiçoamento profissional, cursos, ou que priorizem seus estudos.

Mas essa realidade não reflete a situação de todas as famílias. Considerando a existência de uma distinção entre os níveis sociais, é o jovem da classe média ou alta que, na maioria das vezes, tem a chance de privilegiar o estudo e o aperfeiçoamento profissional, anteriormente à sua inclusão no mercado de trabalho.

Já os adolescentes ditos das classes populares não encontram as mesmas possibilidades, visto que, às vezes, abandonam inclusive os estudos dedicando-se ao trabalho, ou como cita Carreirão<sup>10</sup> (2006, p. 11) “o jovem da classe popular, por não ter condições financeiras, acaba sendo excluído do conjunto ou de parte dos direitos econômico, político, cultural de que usufruem os que desfrutam de plena cidadania”.

Nessa perspectiva, Guimarães e Romanelli (2002, p. 119) esclarecem que “nas famílias de classes populares, é na adolescência, se não desde a infância (Mauro, 1995), que os filhos são inseridos no mercado de trabalho, em função das dificuldades financeiras da família”.

No entanto, inserir-se no mercado de trabalho, hoje, exige muita qualificação, independente da idade, classe e/ou condição social. Vive-se um momento de profundas transformações referentes ao mundo do trabalho<sup>11</sup>, forçando o trabalhador a engajar-se nesse ritmo cada vez mais acelerado e excludente.

---

<sup>10</sup> Trabalho apresentado pela Professora Ms. Elizabeth Callado de Oliveira Carreirão ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, à disciplina Políticas Públicas – algumas considerações acerca da vulnerabilidade juvenil nas classes populares brasileiras.

<sup>11</sup> Ler ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995, que se reporta às transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir do chamado binômio Fordismo/Taylorismo até o Toyotismo.

O trabalhador encontra-se inserido em uma dinâmica laboral diversificada, na qual existem os trabalhos precários, terceirizados, vinculados à economia informal, o que torna os processos de trabalho mais complexos e fragmentados, mas que muitas vezes acaba sendo a alternativa daqueles que precisam gerar renda para a própria sobrevivência.

Entretanto, quando citada a informalidade, Noronha (2003) informa que, para se compreender a realidade da informalidade, é fundamental o entendimento da formalidade, a qual é diferenciada em cada país e período. No Brasil, segundo o autor, o trabalho formal é percebido quando se possui a carteira de trabalho assinada, porém os padrões da informalidade ainda são diversos.

A partir principalmente da crise estrutural do capital, nos anos 1970, tem-se a influência do projeto neoliberal e da acumulação flexível paralela à vigência da forma Toytista de produção, a qual, segundo Antunes (1995, p. 17),

[...] penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase.

Nesse contexto, é relevante destacar que as formas Fordista e Taylorista de produção marcaram por décadas o desenvolver do trabalho realizado pelos operários, o qual era dado pela produção em massa através do controle do tempo e movimento dos trabalhadores, com rígida divisão de tarefas e caracterizado também pela produção em série fordista. Desta forma, “o fordismo junto com o taylorismo prevaleceram como processo de trabalho na grande indústria capitalista ao longo do século” (ANTUNES, 1995).

Existe a preocupação referente ao modo como a categoria trabalho vem se transformando nas relações sociais, refletindo efeitos sociais de seletividade, precariedade e exclusão. Guimarães (2005, p. 150) nesse sentido, reforça que

A conseqüência esperada dessas mudanças seria a decrescente importância do trabalho, não apenas como provedor de oportunidades duradouras de sobrevivência, mas como (e por mesmo) espaço de sociabilidade, significação subjetiva e construção identitária, implicações tidas como especialmente plausíveis entre as novas gerações, socializadas no contexto de sociedades do trabalho em crise.

Porém, o momento do exercício e da execução do trabalho pode significar não só um cumprimento de tarefas, ou de aquisição financeira, mas como declaram Guimarães e Romanelli (2002, p. 119-120),

No ambiente de trabalho, apesar de estar submetido ao controle que os superiores exercem sobre suas atividades laborais, o adolescente também tem a oportunidade de conviver com iguais, isto é, com pares, e aprende a ordenar suas formas de sociabilidade e suas representações, o que amplia suas experiências e contribui para o processo de amadurecimento psicológico e intelectual. Com o trabalho remunerado, o adolescente conquista mais autonomia e, conseqüentemente, maior liberdade diante da autoridade dos pais ou responsáveis.

Percebe-se que buscar o aprendizado e as oportunidades de se desenvolver profissionalmente coloca muitos jovens em vantagem na hora de conquistar seu espaço no mercado de trabalho. Enfatizando a questão do trabalho formal, entende-se que este promoveria maior segurança no que se refere às questões trabalhistas, confortando, de certa forma, o trabalhador e motivando-o nessa inserção.

Nesse momento, não apenas a questão do trabalho preocupa, mas a falta dele; a ausência de oportunidades também é um problema, principalmente entendendo-se o trabalho como central<sup>12</sup>, necessário e parte do desenvolvimento social, inclusive dos jovens. Guimarães (2005), em pesquisa realizada com jovens de idade entre 15 e 24 anos, no ano de 2003, revela que “é o desemprego ou a falta de empregos, a faceta problemática do trabalho, sentida praticamente em igual medida por todos os jovens, independentemente de sua condição em face do mercado de trabalho”.

No entanto, promover o ingresso do jovem no mercado de trabalho atual, entendendo essa ação também como meio de transformar sua realidade pessoal e social, é um desafio contínuo. Não se trata apenas de gerar empregos, mas de permitir a formação profissional do jovem, sem perder de foco os seus estudos e o seu desenvolvimento como pessoa, processo em que a geração de renda se introduz.

---

<sup>12</sup> Ver GUIMARÃES, Nidya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO; Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa Nacional**. 2005, p. 149.

### 1.2.1 A importância da capacitação profissional

Pode-se perceber que os processos de trabalho<sup>13</sup> sempre foram influenciados, de certa forma, no seu desenvolvimento e, atualmente, não é diferente. As características apresentadas hoje, referentes ao que o mercado de trabalho exige, contemplam o que o modo de produção capitalista impõe, isto é, profissionais que sejam qualificados, flexíveis, multifuncionais, comprometidos, versáteis, com experiência profissional, que saibam trabalhar em equipe, dentre outras.

Neste sentido, Previdelli e Cortez (2000 *apud* HOFFMANN, 2008, p. 16) explanam que,

As mudanças tecnológicas e organizacionais provocam impactos sobre a estrutura e as relações de emprego, bem como sobre a definição das ocupações, fazendo emergir dentro do mercado de trabalho um novo paradigma, que se desdobra tanto sobre as mudanças organizacionais quanto sobre o novo perfil profissional do trabalhador.

As dificuldades encontradas pelos indivíduos diante das transformações caracterizadas afetam o desenvolvimento social, bem como as relações sociais desses indivíduos. De forma geral, a sociedade, as famílias e inclusive os jovens sofrem com essa realidade. O fato de muitas famílias estarem à mercê do capital revela às vezes uma situação de precariedade, afetada pelo desemprego<sup>14</sup> e pelo não acesso às políticas e direitos sociais.

Entretanto, não apenas para satisfação do mercado econômico, mas também para aquisição de conhecimento e aprendizado, os jovens vêm buscando a inserção no mercado de trabalho. Para tal, é imprescindível que haja formação e interesse por parte destes que procuram tal inclusão, pois a modernização e a tecnologia alteraram diretamente o perfil da oferta de emprego, tornando indispensável uma nova educação, mais versátil, criativa e

---

<sup>13</sup> IAMAMOTO (1999) apresenta uma discussão acerca da influência das transformações das formas de produção e do atual modelo econômico nos processos de trabalho. Cita que “busca-se *flexibilidade no processo de trabalho*, em contrapartida à rigidez da linha de produção, da produção em massa e em série; uma *flexibilidade do mercado de trabalho*, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informatização da contratação dos trabalhadores; uma *flexibilidade dos produtos*, pois as firmas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma *flexibilização dos padrões de consumo*” (*Ibid*, p. 116).

<sup>14</sup> Segundo dados levantados por Branco (2005, p. 130) “os indicadores sobre o mercado de trabalho no Brasil revelam um quadro igualmente dramático: as taxas de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos se inscrevem no topo da escala e representam praticamente o dobro dessa medida, quando tomada em referência ao total da População Economicamente Ativa (PEA), ou superior a duas vezes, se cotejada com as taxas aferidas para os contingentes adultos (no caso, acima de 24 anos).”



permanente, em que as pessoas se motivem a buscar novos conhecimentos e qualificação constantes.

Para uma inserção no mercado de trabalho com qualidade, a capacitação profissional deve fazer parte desse processo. Em um contexto de mercado de trabalho flexível e instável, as exigências, por fim, são maiores, demandando trabalhadores e profissionais cada vez mais competentes e qualificados.

Arruda, Marteleto e Souza (2000) destacam em seu artigo<sup>15</sup> que a capacitação profissional refere-se à educação continuada, à adaptabilidade social, à capacidade de mobilizar seu conhecimento para o alcance dos objetivos da organização, ao aprender a aprender, à sociabilidade, à lealdade e à responsabilidade.

Diante da realidade em que os jovens estão inseridos, disputando espaços de emprego e oportunidades profissionais, investir nas habilidades e competências, desenvolvendo suas capacidades, com novos conhecimentos e qualificando-se, proporcionará um avanço na busca e inserção no mercado de trabalho.

A necessidade da primeira experiência, do contato com o fazer profissional é cada vez mais exigida para que se tenha a oportunidade do trabalho. É desta forma que os jovens conseguirão desenvolver suas práticas, visto que

Os avanços científicos e tecnológicos exigem indivíduos capazes de lidar com as constantes inovações. Nesse contexto, surge a necessidade de um novo perfil de trabalhador, com novos conhecimentos e saberes necessários à realidade em mudança (HOFFMANN, 2008, p. 18).

Vale ressaltar que, mesmo buscando a qualificação e capacitação profissional, interagindo com uma nova forma de desenvolvimento, muitos não têm a garantia dessa inserção, o que demonstra a dificuldade existente em atrelar-se ao trabalho atual.

Nesta perspectiva, existem atualmente políticas que contemplam o direito à profissionalização dos jovens e adolescentes, bem como o devido acompanhamento nessa etapa. Até então, houve uma evolução significativa no que se refere aos cuidados necessários junto ao desenvolvimento social, profissional e pessoal dos adolescentes.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a02v29n3.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.

### 1.3 O marco das políticas públicas e a profissionalização como direito

Tratar das políticas públicas e atenção voltadas às crianças e adolescentes reporta-nos às mudanças que ocorrem ao longo dos anos no que diz respeito a este processo. Pode-se destacar que, a partir dos anos 1980, com a Constituição de 1988, é que o trabalho a partir da adolescência tornou-se regulamentado, gozando de proteção especial.

Anteriormente à instauração do sistema capitalista e as influências neoliberais aqui já explanadas, as crianças e adolescentes também participavam dos trabalhos realizados pelas famílias no meio agrícola. Porém, entendia-se que o foco no desenvolver do trabalho era aprender as atividades desempenhadas pelos pais e, na maioria das vezes, dar-se continuidade àquela realidade vivida pela família.

“Até meados do século XIX, a população brasileira era, em sua maioria, rural. O trabalho de crianças e adolescentes, não como *mão-de-obra individual*, mas como *mão-de-obra familiar*, era comum” (ROCHA; FREITAS, 2004, p. 1). Era um processo de aprendizado e desenvolvimento do jovem, sem a compensação remunerativa como fim.

Entretanto, em 1891, surge um primeiro Decreto – n.º 1313, referindo-se à regulamentação do trabalho, no qual era estipulada a idade mínima de 12 anos para trabalhar, mas que nunca foi devidamente cumprida (CUSTÓDIO; VERONESE, 2007). A partir de então, no século XX, iniciam-se com maior intensidade movimentos, debates e lutas a fim de providenciar melhorias nas questões trabalhistas, o que envolvia também a condição das crianças e adolescentes nesse processo.

Cabe ressaltar que,

Até a Revolução Industrial, o trabalho era realizado principalmente pelo homem, devido à necessidade da força bruta. Com o desenvolvimento das máquinas, a mão-de-obra feminina e infantil, as chamadas *meias forças*, foi largamente utilizada, uma vez que a remuneração de tal força de trabalho chegava a um terço da remuneração dos homens adultos. Isso trouxe uma situação de total desproteção à criança e ao adolescente. (ROCHA; FREITAS, 2004, p. 1)

Já o início do século XX, no Brasil, foi marcado pelo surgimento das lutas sociais do proletariado, liderado por trabalhadores urbanos, formando comitês que reivindicavam, dentre outras questões, a proibição do trabalho de menores de 14 anos e a abolição do trabalho noturno de mulheres e de menores de 18 anos.

Em 1923, foi criado o Juizado de Menores e em 12 de outubro de 1927 foi promulgado o Código de Menores, popularmente conhecido como Código Mello Mattos. No entanto, tal Código era destinado às crianças entendidas em “situação irregular” e menores de 18 anos. Procurava esclarecer questões de tutela, trabalho infantil<sup>16</sup> e pátrio poder, porém tampouco era exercido e o juiz de grande poder era quem determinava e/ou estipulava o destino de muitas crianças e adolescentes.

Adentrando o chamado Estado Novo<sup>17</sup>, tem-se a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), corroborando a idade mínima de 12 anos para a função do trabalho já instituída pelo Código de Menores de 27. Devido às fortes reivindicações, ainda no campo trabalhista, destacam-se a obrigatoriedade do ensino e a cobertura previdenciária associada à inserção profissional.

A partir dos anos 1960, já com a influência da ditadura, houve um desmonte referente a algumas posições e conquistas sociais, instalando-se uma nova realidade com diferentes diretrizes para a vida civil. Em 1964, tem-se decretada a Lei n.º 4.513, criando a Fundação de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com o objetivo de formular e implantar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBM).

O novo Código de Menores de 1979<sup>18</sup>, instituído no mesmo ano, apareceu como um meio de reformular o anteriormente Código de Mello Mattos, visando a uma ampliação nos cuidados às crianças e adolescentes. Entretanto,

O “novo” Código, lançado em um momento de contestação política e respaldado na Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBM), representava os ideais dos militares que estavam em crise. Não correspondia aos interesses das forças políticas e da sociedade civil e nem representava os interesses das crianças e dos adolescentes, os quais permaneciam confinados nas instituições totais e submetidos ao poder discricionário do juiz de Menores. (SILVA, 2005, p. 32).

É a partir dos anos 1980, num contexto de processo de transição político-democrática, que os movimentos sociais, as lutas por direitos políticos, civis, trabalhistas e sociais ganham força dentro da chamada Nova República, que objetivava o exercício da democracia, da cidadania e da regulamentação do Estado de Direito.

---

<sup>16</sup> Proibindo a contratação de menores de 12 anos em todo o território da República e para os menores de 18 anos, a duração da jornada de trabalho era de seis horas ininterruptas.

<sup>17</sup> Com Getúlio Vargas no poder, o período de 1930 a 1945 foi um período marcado no campo social, com o desenvolvimento de algumas políticas sociais.

<sup>18</sup> Lei n.º 6697 de 10 out. 1979.

Ainda nessa década, a influência do capitalismo toma força e a introdução dos adolescentes nas atividades laborais é intensificada visando a um único fim – a produção. Conforme Santos (2004, p. 32),

Os trabalhos realizados por crianças e adolescentes chegavam a doze horas por dia, e a compensação salarial era menor que a metade para um trabalhador do sexo masculino, mesmo exercendo atividade de igual função. Ambas ficavam vulneráveis a acidentes de trabalho, esforço excessivo, doenças, entre outros, evidenciando-se, a partir desse fato, a exploração de crianças e adolescentes, consideradas não como pessoas em desenvolvimento, mas como meio de produção barata.

Nesse momento, conta-se com as fortes e intensas mobilizações sociais e movimentos operários que reivindicavam e lutavam por leis trabalhistas eficazes, com diminuição da carga horária, menos exploração da força de trabalho, buscando condições adequadas para a realização do trabalho. A situação das crianças e adolescentes no mundo do trabalho, mesmo com algumas tentativas de políticas e leis contemplando-as, continuava sem as devidas proteções e encaminhamentos.

No ano de 1987, Maria das Graças Rua (1998), atentava ao assunto debatendo as políticas públicas para os jovens e ressaltava que, no Brasil, o tema ainda era especificado como estado de coisas, era um assunto existente, mas que pouco contava nos debates públicos, com pouca iniciativa do Estado. “Atualmente a atenção é retomada, na qual o mesmo é tido como um problema político, com planos de políticas públicas para o segmento” (ABRAMO, 2005).

O grande marco, que traz consigo um avanço significativo com relação ao assunto, é a promulgação da Constituição Brasileira, de 1988, marcada por avanços no campo social que introduz um novo modelo de gestão das políticas sociais, em seus artigos 227 e 228. dentre outros, do Capítulo VII – Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

A partir de então, foi dado o início para que, em 1990, fosse criada e divulgada a Lei n.º 8.069, reportando-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente, abolindo o Código de Menores de 79 e a PNBM, pautando-se na proteção integral, trazendo à realidade os direitos e garantias assegurados às crianças e adolescentes pela Constituição de 1988.

Alavancando a discussão acerca do trabalho na adolescência, o ECA traz, em seu Capítulo V – Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, a disposição de dez Artigos contemplando a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, dos quais:

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 69. O adolescente tem direitos à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

- I. respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- II. capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

O ECA manteve a idade estipulada pela Constituição de 88 para a realização do trabalho e permitiu o ingresso no mercado de trabalho daqueles com idade entre doze e quatorze anos, mas na condição de aprendiz. Porém, em 1998, a Emenda Constitucional n.º 20 alterou o referido inciso. A idade mínima para o trabalho passou de quatorze para dezesseis anos e a do aprendiz, de doze para quatorze anos.

Atualmente, conta-se com a disposição da Lei n.º 10.097/00 (Lei da Aprendizagem), que se refere à condição do trabalho realizado pelos jovens aprendizes, contemplando a sua inserção no mercado de trabalho, assegurando-lhes direitos e formação para tal. Os principais artigos contidos na Lei e a sua prática serão trabalhados na próxima Seção.

Percebe-se, desta forma, o quanto as políticas públicas voltadas a este segmento vêm sendo elencadas, porém pouco exercitadas. Muitas, na sua prática, procuravam contemplar os interesses da elite sem compreender a real importância do encaminhamento, o qual deveria ser focado às crianças e adolescentes, percebendo o período de transição, desafios e escolhas pertinentes nessa fase, como tratado no primeiro item desta Seção.

A instituição do ECA, respaldando-se na Constituição Federal, retrata uma abordagem mais segura no que diz respeito à situação das crianças e adolescentes na realidade atual. É assegurado, desde então, além do direito à profissionalização, o desfrute de todos os direitos

fundamentais inerentes à pessoa humana. O direito à profissionalização não pode ser interpretado isoladamente dos demais direitos.

Quanto à situação do jovem no mercado de trabalho, pode-se contar com a CLT, para os maiores de 16 anos, e com a Lei n.º 10.097/00, para os que se encontram entre 14 e 16 anos incompletos. Não que estas sejam devidamente exercitadas, contudo, garantem àqueles que procuram o mercado de trabalho uma inserção segura.

Infelizmente, ainda faz parte da realidade a exploração do trabalho infantil e a expressiva oportunidade de trabalho no mercado informal, visto a influência do sistema capitalista no modelo de produção, no qual o lucro supera os investimentos ou os cuidados com o social. Conforme Rocha e Freitas (2004, p. 04),

Será muito difícil erradicar a exploração do menor no Brasil, se não modificarmos a nossa concepção de Direito do Trabalho. Temos um Direito do Trabalho que não tutela todas as situações de trabalho que temos no Brasil. Ele se limita a resguardar tão somente o setor formal de trabalho, enquanto o setor informal emprega 58,1% dos ocupados.

Faz-se fundamental, neste momento, que se pratiquem de fato os direitos assegurados aos jovens, considerando especialmente seu desenvolvimento pessoal e social. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Artigo 68, assegura que

o programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício da atividade regular remunerada.

Desta forma, a partir da Seção a seguir, trabalhar-se-á a postura do Serviço Social juntamente com o que proporciona a Lei da Aprendizagem como meio de garantir aos adolescentes o desenvolvimento da sua capacidade profissional. O Serviço Social traz em sua prática a reprodução das relações sociais, as quais são estabelecidas, também, através do trabalho, categoria fortemente vinculada à trajetória de atuação e desenvolvimento do Serviço Social.

Exercendo papel fundamental no acompanhamento profissional dos adolescentes, o Serviço Social do Núcleo Formação e Trabalho, na IDES/PROMENOR, contempla as disposições da citada Lei de Aprendizagem. Tais aspectos também serão analisados na Seção a seguir.

## **2 O SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO JOVEM APRENDIZ**

As necessidades atuais de inserção nas relações sociais ocasionam o desenrolar de algumas abordagens referentes ao modo como é realizado esse processo diante das exigências do mercado de trabalho e da realidade atual.

Visto que o Serviço Social está profundamente ligado à reprodução das relações sociais, através de sua atuação muitas possibilidades apresentar-se-ão àqueles que são excluídos pelo sistema.

Desta forma, a presente Seção busca, através de explicitações referentes ao fazer profissional do assistente social e de sua atuação no Projeto Jovem Aprendiz, proporcionar o entendimento da relação do Serviço Social com as formas de inserção do indivíduo, principalmente dos adolescentes, nesse processo de inclusão social da inserção nas relações sociais a partir, também, da força do trabalho.

### **2.1 O processo de expansão do Serviço Social e o exercício profissional nas relações sociais**

Para apreender o processo de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil até os dias atuais, é fundamental que se faça um resgate da atuação profissional desde o seu surgimento junto ao Bloco Católico, nos anos 30, quando toda a ação social se dava sob o enfoque da Igreja Católica. Cabe ressaltar que o ensino de Serviço Social iniciou-se no Brasil, estabelecendo relação com as preocupações da Igreja Católica com a chamada “questão social”.

Embora sejam várias as transformações vividas pelo Serviço Social ao longo dos anos, não se tem uma completa ruptura com a doutrina católica. Por ter sua origem relacionada ao movimento religioso, confunde-se a prática da assistência social com o assistencialismo e a caridade. Esses fatores, juntamente com as mudanças na ordem política e sistema econômico, contribuíram com uma série de movimentos e práticas relacionadas a possíveis transformações, no que tange ao fazer profissional junto ao Serviço Social.

Foi sentindo a necessidade de aprimorar-se junto com as mudanças relacionadas ao desenvolvimento social e do trabalho que, para compreender a profissão de Serviço Social, é necessário inseri-la no conjunto de condições e relações sociais.

O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, segundo os parâmetros da “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 77).

Assim, a partir dos anos 60, busca-se uma reconceituação do Serviço Social na América Latina. Destacado por Simionatto (2004), o “Movimento de Reconceituação” é considerado um marco nos anos 60, procurando discutir os referenciais teóricos e a prática profissional, os quais eram até então norteados pelas matrizes norte-americanas. As tendências do Serviço Social até aquele momento atendiam às exigências do capital e eram fortemente ligadas à classe dominante, o que tornava sua expansão e organização política limitadas e até mesmo insuficientes.

Nesse período, ocorre uma onda de desenvolvimento que se baseia em uma dinâmica excludente de acumulação, em que as economias são dependentes do capital monopolista. O reflexo disso dá-se no campo social, provocando cortes nos gastos sociais, aumento da pobreza, enfermidades e dificuldades sociais e econômicas.

Diante do cenário vivenciado, a profissão evidencia a insatisfação e a inquietação, direcionando, como assinala Yazbek (2000), seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político.

Este movimento de renovação que surge no Serviço Social e na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. [...] É importante salientar que é no âmbito do movimento de reconceituação e em seus desdobramentos que se definem de forma mais clara e se confrontam diversas tendências voltadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social (YAZBEK, 2000, p. 24).

Ainda, na década de 60, em 1964, no período da Ditadura Militar, o assistente social vê-se limitado em suas práticas, pois a influência governamental interferia na sua metodologia, sendo voltada a adequar a sociedade aos planos do governo. Porém, na mesma década, a perspectiva modernizadora inspira a organização da categoria, priorizando, como cita Yazbek (2000), um projeto técnico-modernizador, com os documentos de Araxá (1967) e



de Teresópolis (1970)<sup>19</sup>.

No desenvolver desse movimento e questionamento, a profissão propõe-se à interlocução com o marxismo, que vai configurando uma outra adaptação de matriz teórica no Serviço Social latino-americano: a teoria social de Marx. O Serviço Social apoia-se, então, na perspectiva teórico-metodológica de Marx, no entanto, sua apropriação na profissão não se propaga sem a existência de problemas.

É a partir dos anos 80 que a teoria social de Marx passa a ser horizonte teórico da profissão, que, desde então, é citada por vários autores expressivos e respeitados na categoria, entre os quais aparecem Netto e Yamamoto (1982). A abordagem da profissão é entendida, a partir de então, como componente de organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais.

Essa concepção passou a ser adotada no âmbito do Serviço Social e faz parte do desenrolar da profissão no Brasil até então, norteando a formação dos assistentes sociais na sociedade brasileira, envolvendo novos currículos e diretrizes curriculares, Código de Ética, instrumentos técnico-operativos, dentre outros.

Yamamoto (2006, p. 70) afirma:

Essa discussão sobre os processos de trabalho no Serviço Social gera indagações importantes que ajudam a pensar, a ampliar uma autoconsciência dos profissionais quanto ao seu trabalho. E, mais do que isso, permite ultrapassar aquela visão isolada da prática do assistente social como atividade individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social desse trabalho, (dessa prática) e lhe atribuem características particulares. Parece ser um caminho fértil para o enriquecimento do debate sobre o exercício profissional.

Tem-se, em 1982, a elaboração do novo currículo acadêmico, tendo como foco central a categoria trabalho, o que possibilitou a vinculação desses profissionais com a classe trabalhadora, visto que o Serviço Social assegura-se como profissão reconhecida na divisão social do trabalho. Entretanto, pode-se avaliar o instrumento metodológico dessa elaboração um tanto frágil, não funcionando de forma eficaz diante da relação curricular.

Ao longo dos anos 80, iniciam-se fortes e consideráveis mudanças na organização política, econômica e social do país devido à ditadura militar e ao processo de transição para o

---

<sup>19</sup> Ver PAULO NETTO, José. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

sistema democrático, prolongando-se na atuação de diversas áreas profissionais, inclusive a do Serviço Social, influenciando em uma nova direção de projeto profissional.

Tem-se também nessa época a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, considerada um marco no que tange à justiça social no país. A partir desse marco, são conquistados direitos sociais, e a assistência social, qualificada como política pública, foi reconhecida nesse momento como parte do tripé da Seguridade Social, juntamente com a saúde e a previdência social.

A partir de então, adentrando os anos 90, depara-se com as mais diversas e fortes interferências do sistema capitalista já sentidas, também, já nos anos 80, com a acumulação do capitalismo globalizado, refletindo não somente no Serviço Social, mas, principalmente, na produção e reprodução das relações sociais. Ou seja, a realidade do assistente social tornou-se envolvida pelos interesses do capital, reproduzindo interesses contrapostos, respondendo às demandas do capital e do trabalho.

Como as classes sociais só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, o trabalho profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses, tendendo a ser cooptado pelas que têm uma posição dominante. Reproduz, também, pela mesma atividade, interesses contrapostos, que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital e do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo, e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras, da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor da história (IAMAMOTO, 2006, p. 10).

A profissão foi sentindo a necessidade de analisar a prática e os aportes teóricos, práticas e metodologias diante das questões vivenciadas a partir daquele momento<sup>20</sup>. As expressões da questão social encontram-se cada vez mais agravadas, e o Serviço Social, nas palavras de Yazbek (2000), “é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da *questão social*”.

Estes são tempos de decifrar a lógica do capitalismo contemporâneo, envolvido efetivamente na relação das mudanças no mundo do trabalho, influenciando o trabalhador e a relação Estado/sociedade. Visto as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e na esfera estatal em suas relações com a sociedade civil, segundo Iamamoto (2006), estas

---

<sup>20</sup> Ou mesmo desde seu surgimento, estando o Serviço Social diretamente ligado às transformações históricas da sociedade presente e envolvido na relação capital/trabalho.

mudanças incidem diretamente sobre os rumos do desenvolvimento da profissão na sociedade.

Desde então, o que se vê, principalmente a partir dos anos 90, são as fortes influências do capitalismo neoliberal no que tange ao desenvolvimento social e profissional, envolvendo de forma direta todos os cidadãos, desde aqueles que já se encontram assalariados até os que ainda perduram na procura da oportunidade no mercado de trabalho.

Essas situações que envolvem as relações sociais estão diretamente ligadas ao Serviço Social e à ação profissional do assistente social. Assim,

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2006, p. 20).

Observando as transformações sociais e que dizem respeito à profissão, torna-se fundamental que o Serviço Social se sinta parte executora de mudanças, visto que o assistente social tem sido considerado um dos agentes profissionais que implementa políticas sociais e se empenham para tal, principalmente quando relacionadas à amenização das expressões da questão social, fortemente agravadas pela atual vigência econômica.

Iamamoto (2004) expressa-se de maneira positiva quando diz que a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em meio a disputas entre projetos societários, influenciados por distintos interesses de classes, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais.

Assim, a década de 90, traz consigo a necessidade da transformação profissional pautando-se nas questões então apresentadas, tanto no que se refere às relações sociais como nas econômicas.

Em 1993, tem-se a aprovação do novo Código de Ética Profissional do Assistente Social, sucedendo o de 1986, que pretende, nas palavras de Paiva e Sales (2005, p. 53), “constituir uma nova motivação para os sujeitos profissionais, além de lhes suscitar novas exigências, sintonizados com o desafiador espírito de investimento e de luta da categoria e da sociedade brasileira, em prol de práticas sociais emancipadoras, livres e igualitárias”, redimensionando o significado dos valores e compromissos éticos profissionais.

A Lei Orgânica da Assistência Social<sup>21</sup>, que dispõe sobre a organização da Assistência Social (e outras providências), também é um marco no processo de expansão do Serviço Social quando proporciona ao profissional uma atuação pautada conforme o que propõe a legislação. A assistência social é parte do tripé da Seguridade Social e aparece no Artigo 1.º da LOAS como:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Torna-se primordial, ainda, citar a importância do projeto ético-político da profissão, que, principalmente a partir de 1998<sup>22</sup>, vem sendo alvo de amplos debates, cuja direção teórico-prática pauta-se na defesa intransigente dos direitos humanos, na equidade e justiça social, na universalidade e democracia plena, garantindo a amplificação dos direitos sociais e a inclusão social, bem como uma formação profissional de qualidade.

Assim, as manifestações ocorridas a respeito das diretrizes curriculares (no final da década de 70), a mudança curricular em 1982, a regulamentação do novo Código de Ética de 1993, a Lei n.º 8662/93, que regulamenta a profissão e o ajuste das diretrizes curriculares, em 1996, referem-se a um longo período da construção do projeto ético-político, quando as transformações societárias foram ocorrendo e eclodindo também na direção do Serviço Social.

É no cenário dos anos 90 [...] que tem sentido pensar ações que possam reverter no fortalecimento de um projeto ético-político profissional que, desde a década de 1980, vem sendo coletivamente construído pela categoria dos assistentes sociais. Projeto profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade. Projeto político profissional que se materializou no Código de Ética Profissional do Assistente Social, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n.º 8662/93), ambos em 1993, assim como a nova proposta de Diretrizes para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS – de 1996, que redimensiona a formação profissional para fazer frente a esse novo cenário histórico (IAMAMOTO, 2006, p. 113).

<sup>21</sup> Lei n.º 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <<http://www.prattein.com.br/prattein/dados/anexos/113.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.

<sup>22</sup> Mais precisamente a partir do IX CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais).

Assim, hoje a profissão vive o desafio de consolidar o projeto ético-político conforme seus objetivos, intervindo na sociedade e na realidade atual. Entretanto existem questões que influenciam o seu desenvolvimento (ou “não desenvolvimento”) como proposto, tornando-o fragmentado, envolvido pela relação resistente que existe entre a classe social e o Estado, controlado, de certa forma, pelo atuante sistema neoliberal.

Cabe aos profissionais se aprimorarem e aprofundarem os fundamentos sobre os quais a prática profissional se desenvolve, pois, como cita Guerra (2007), os projetos profissionais organizam-se em torno de um conjunto de conhecimentos teóricos e saberes interventivos, com princípios, valores e diretrizes éticas e políticas, de orientações acerca do profissional que se pretende formar.

É fundamental a formação de profissionais críticos que conheçam suas competências de forma a atuar junto às questões relacionadas, principalmente, no que tange ao desenvolvimento social e às relações sociais, promovendo o acesso vinculado às políticas sociais e que são de direito.

No entanto, a ação profissional depara-se com a contradição do atual sistema econômico quando, ao mesmo tempo em que proporciona o desenvolvimento nas relações sociais estabelecidas, exclui os que não possuem as mesmas condições.

Nesta lógica, escrevem Carvalho e Yamamoto (1986, p. 94):

Poder-se-ia afirmar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora.

O próprio Serviço Social, em sua atuação, participa e reproduz as contradições da sociedade capitalista. Porém, nesse contexto, tem a oportunidade de favorecer a inserção dos cidadãos na realidade de forma privilegiada, pois pode exercitar nesse processo o que objetiva o projeto ético-político, favorecendo a reprodução da força de trabalho não apenas reproduzindo o sistema atual, mas procurando trabalhar junto a essas necessidades e demandas apresentadas pelos trabalhadores.

Assim, promover a inserção dos indivíduos em programas e projetos que os qualifiquem e proporcionem o desenvolvimento social, na atual realidade, torna-se relevante. É possível proporcionar desde o período da adolescência a ampliação no que se refere às

relações sociais e isso pode ser elucidado através do ECA, bem como da Lei de Aprendizagem n.º 10.097/00, a qual será enfatizada a seguir.

## 2.2 A Lei de Aprendizagem (10.097/2000) e o Projeto Jovem aprendiz

A contratação de jovens aprendizes é regulada pela Lei n.º 10.097/00<sup>23</sup> e baseia-se no Estatuto da Criança e do Adolescente, quando se vincula ao Capítulo V - Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, citando em seu Art. 69:

O adolescente tem direitos à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

- I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- II – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

E conforme o Art. 63, ainda no mesmo Capítulo,

A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I – garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II – atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III – horário especial para o exercício das atividades.

A Lei de Aprendizagem altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, dentre os quais o Art. 402, o qual declara na Lei que “considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos”.

Assim, o contrato de aprendizagem garante ao jovem de 14<sup>24</sup> a 24 anos a formação técnico-profissional, no ambiente de trabalho, através do Contrato de Aprendizagem, com o zelo de todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

Conforme o Art. 428 da Lei n.º 10.097/00,

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o

<sup>23</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm)>. Acesso em 23 nov. 2008.

<sup>24</sup> Tanto o ECA (Art. 60) como a Lei de Aprendizagem (Art. 403) declaram que “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”.

aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

Neste sentido, a Lei tem por objetivo oferecer aos jovens uma preparação para o exercício profissional, proporcionando a inclusão social e o envolvimento com as relações sociais constituídas atualmente. Ao mesmo tempo em que o jovem trabalha, desenvolve e apreende a questão profissional, também é necessário frequentar regularmente o ensino escolar, onde recebe o incentivo à capacitação e aperfeiçoamento profissional, tanto que

o trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola. (Lei n.º 10.097/00).

Desta forma, a Lei traz todas as questões referentes à inserção protegida dos adolescentes no mercado de trabalho. A validade do contrato de aprendizagem implica anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, o que garante que os adolescentes desenvolvam suas atividades profissionais de fato vinculados ao que rege a CLT, que também regula e fiscaliza as empresas contratantes<sup>25</sup> dos jovens aprendizes, bem como as instituições que os encaminham.

Conforme o ECA (1990, Art. 68),

O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

Na Lei de Aprendizagem, é especificado que todo o jovem aprendiz realiza suas atividades com remuneração mensal equivalente a um salário mínimo hora<sup>26</sup>, não excedendo a duração de seis horas diárias de trabalho, sendo proibida a prorrogação e a compensação de jornada. No entanto tem-se, no inciso I, que “o limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se

<sup>25</sup>“Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional” (Lei 10.097/00, Art. 429).

<sup>26</sup> Equivale a aproximadamente ½ salário mínimo.

nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica” (Lei n.º 10.097/00, Art. 432).

Conforme a Lei n.º 10.097/00, o contrato de aprendizagem não poderá estender-se por mais que dois anos. Depois desse período, poderá gerar vínculo empregatício entre o jovem e a empresa, e se ocorrer o interesse na efetivação do jovem aprendiz, a empresa deve vincular-se a ele sem a intervenção do Projeto Jovem Aprendiz, responsabilizando-se por sua permanência no local.

Segundo o art. 433, da citada Lei, o contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda, antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

- I. desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;
- II. falta disciplinar grave;
- III. ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou;
- IV. a pedido do aprendiz.

De acordo com o Artigo 428, inciso I, a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola até a conclusão do ensino fundamental e inscrição em programas de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica.

Se os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, a formação profissional metódica poderá ser suprida por outras entidades qualificadas tais como: Escolas Técnicas e entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (inciso II do art. 430), como é o caso da IDES/PROMENOR, na qual o Núcleo Formação e Trabalho, junto com o Projeto Jovem Aprendiz, que dispõe de um Regulamento Interno (vide anexo B) desenvolve suas atividades voltadas à inserção do jovem no mercado de trabalho pautadas na Lei n.º 10.097/00.

O Projeto Jovem Aprendiz, até o ano de 2007, era conhecido como Programa Jovem Trabalhador. Por conta de modificações realizadas na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da IDES/PROMENOR, os programas e projetos existentes na Instituição



foram alterados na sua denominação e definidos em três Núcleos, sendo eles: Núcleo da Infância, Núcleo Arte e Educação e Núcleo Formação e Trabalho.

Atualmente o Projeto Jovem Aprendiz encontra-se no Núcleo Formação e Trabalho, existente a partir da fusão do Centro de Aprendizagem<sup>27</sup> e o Programa Jovem Trabalhador. Assim, o NUFT visa a inserir, capacitar e acompanhar os adolescentes de 14 a 18 anos de idade no mercado de trabalho, proporcionando um processo de aprendizagem e formação continuada e assegurando os seus direitos trabalhistas e o exercício da cidadania, de acordo com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Aprendizagem e a Missão Institucional.

O PJA trabalha junto à inclusão dos adolescentes no mercado de trabalho, respaldado principalmente no que rege a Lei n.º 10.097/00. Fazem parte do corpo profissional do NUFT duas assistentes sociais (sendo uma delas a coordenadora do Núcleo e do Projeto), uma pedagoga, cinco estagiárias do Serviço Social<sup>28</sup>, uma auxiliar de escritório e sete educadores<sup>29</sup> (responsáveis pelos módulos teóricos desenvolvidos na Instituição). O trabalho interdisciplinar é importante na dinâmica do NUFT para que, assim, haja uma maior percepção das demandas existentes e ressaltadas pelos jovens, bem como dos usuários que chegam até a Instituição.

O Núcleo atende atualmente cerca de 390 adolescentes inseridos no mercado de trabalho, por meio de 80 empresas conveniadas (públicas e/ou privadas), as quais se apresentaram em maior número a partir do ano de 2005, em decorrência da vigente Lei n.º 10.097/00. A formalização do convênio acontece via Ministério Público, que fiscaliza e autua as empresas que não se encontrarem de acordo com a referida Lei.

Desta forma, o PJA insere adolescentes entre 14 e 16 anos no mercado de trabalho, podendo ser estabelecida uma relação com o Projeto até completarem 18 anos ou encerrarem seu contrato, sendo este entre 17 a 19 meses (dependendo da empresa empregadora). O contrato segue a Lei de Aprendizagem, com a garantia dos direitos trabalhistas (contrato de trabalho, férias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), 13.º salário), visando ao crescimento e a melhoria das condições de vida e cidadania dos jovens envolvidos no Projeto.

---

<sup>27</sup> CEAP – o qual, antes da junção, era o Centro responsável pela execução e controle dos módulos teóricos exigidos, conforme a Lei de Aprendizagem, na formação profissional do jovem aprendiz.

<sup>28</sup> Provenientes da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

<sup>29</sup> Provenientes da ONG Associação Escola Oficina da Vida.

A inserção do jovem no PJA dá-se através de inscrição. As inscrições são realizadas anualmente mediante a apresentação dos documentos exigidos<sup>30</sup>, sendo gratuitas e livres para qualquer condição financeira, sem discriminação de classe social, atendendo ao requisito da idade (mínima de 14 e máxima de 16 anos recém completos) e da escolaridade mínima exigida (estar matriculado regularmente na rede de ensino, a partir da 5.<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental).

Os usuários que chegam até a Instituição procurando o Projeto, na sua maioria, procuram espontaneamente o local ou se orientam através de pessoas que conhecem ou já participaram do Projeto. Desta forma, o usuário é esclarecido sobre como funciona o PJA e seu processo de inscrição.

Assim que as empresas conveniadas solicitarem a contratação de um jovem aprendiz, por meio dessas inscrições tem-se acesso às informações e características dos jovens, para que se possa atender aos requisitos da vaga. Cada empresa apresenta informações referentes ao perfil inicial as quais buscam no jovem para preenchimento de tal vaga.

Por isso faz-se tão importante a questão do acompanhamento junto aos jovens que pretendem inserir-se no mercado de trabalho. As empresas exigem profissionais qualificados e que estejam aptos a aprender e, nesse caso, os jovens aprendizes têm a oportunidade do aprendizado no que tange às relações sociais. Não é sem razão que a Lei de Aprendizagem existe e traz no inciso I do Art. 430 que “as entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.”

Neste intuito, antecedendo a admissão do jovem as vagas de trabalho, o PJA desenvolve um treinamento<sup>31</sup> (vide anexo C) com os adolescentes inscritos. A partir do treinamento, o que se pretende é preparar os adolescentes ao mercado de trabalho, bem como proporcionar o conhecimento sobre a legislação da aprendizagem e do Projeto Jovem Aprendiz da Instituição.

Através desse contato, além de ser um dos momentos em que é possível o esclarecimento de dúvidas quanto à inserção no mercado de trabalho, repassam-se orientações de como interagir e agir num processo seletivo nas empresas, bem como são reforçadas questões sobre comprometimento e postura profissional.

---

<sup>30</sup> Apresentar documento original: RG, CPF, CTPS (apresentação facultativa), atestado de matrícula e/ou frequência escolar, atestado de tipo sanguíneo e fator Rh, uma foto 3x4 atualizada, comprovante de residência dos pais e/ou responsáveis; comprovante de renda dos pais e/ou responsáveis; telefones para contato.

<sup>31</sup> Uma das ações executadas pelo NUFT é o Treinamento Admissional, voltado aos adolescentes que se inscreveram no Projeto e estão aguardando serem encaminhados ao trabalho nas empresas conveniadas como adolescente aprendiz em serviços administrativos, financeiros e comerciais.

No entanto, para os jovens que já se encontram desenvolvendo suas atividades nas empresas, conforme o que preconiza a Lei n.º 10.097/00, é necessário o acompanhamento do Projeto promovendo a capacitação dos adolescentes para o desenvolvimento das atividades práticas nas empresas. Assim, as atividades teóricas são realizadas na IDES/PROMENOR, das quais o jovem participa uma vez por semana.

As atividades teóricas compreendem um total de 300 horas/aula, divididas entre os nove módulos teóricos desenvolvidos durante o tempo de contrato de aprendizagem. Para cada módulo existem educadores capacitados, em sua maioria com nível superior, que atendem aos seguintes módulos:

- **A empresa:** tem por objetivo identificar a empresa, reconhecendo sua estrutura organizacional, missão, visão e valores e conhecendo os produtos e serviços que a empresa oferece e produz. Este módulo totaliza 20 horas/aula.

- **Desafios e Oportunidades:** visa a compreender os desafios do mundo globalizado, conceituar “mercado de trabalho”; compreender o conceito de cooperativismo; conceituar empreendedorismo, elencando as características de um empreendedor, reconhecer atitudes e habilidades que propiciem empregabilidade; e introduzir o conceito de protagonismo juvenil. Totaliza 20 horas/aula.

- **Cidadania:** busca ampliar o conceito de cidadania, identificando diferentes formas de participação e reconhecendo as principais leis, direitos, deveres e garantias fundamentais; conceituar “família”, os diferentes arranjos familiares, refletir sobre a importância do meio ambiente, identificando formas de preservação; construir o conceito de adolescência, descobrir as características desta fase; analisar a importância de cultivar hábitos que contribuam para a saúde física e mental, refletir sobre as causas e consequências do uso indevido de drogas. Carga horária 40 horas/aula.

- **Trilha para o Futuro:** objetiva elaborar currículo, mapeando onde distribuí-los, identificar os aspectos observados em uma entrevista; elencar as carreiras profissionais existentes, observando quais têm maior identificação. Total de 20 horas/aula.

- **Serviços Administrativos, Financeiros e Comerciais:** têm por objetivo adquirir noções básicas de administração, atividades financeiras e comerciais. Totaliza 20 horas/aula.
- **Palavras e Números:** visa a aperfeiçoar a comunicação escrita e falada a partir do conhecimento da língua portuguesa; capacitar o adolescente para a resolução de cálculos matemáticos, desenvolvendo o raciocínio lógico; adquirir noções básicas de matemática financeira. Total de 40 horas/aula.
- **Ambiente de Trabalho:** visa a reconhecer a importância do relacionamento interpessoal e da organização no ambiente de trabalho, busca identificar as principais doenças ocupacionais e os métodos de prevenção, reconhecer a importância da prevenção de acidentes de trabalho, conceituar trabalho, identificar valores que orientam a vida profissional. Total 20 horas/aula.
- **Esporte, Cultura e Lazer:** objetiva a participação de atividades culturais, esportivas e de lazer. Total de 40 horas/aula.
- **Educação Digital:** visa a utilizar as ferramentas básicas da microinformática e internet, preparando-se para atuações profissionais futuras. Totalizam 60 horas/aula.

O acompanhamento e supervisão dos jovens aprendizes são realizados por toda a equipe do NUFT. Nessa equipe, as estagiárias do Serviço Social desempenham atividades fundamentais no que se refere ao envolvimento e desenvolvimento do jovem aprendiz com o Projeto e o mercado de trabalho. A importante atuação do Serviço Social concomitante às relações sociais, principalmente no desenvolvimento profissional, será discutida no próximo item.

### 2.3 A atuação do Serviço Social junto ao Projeto Jovem Aprendiz

O Serviço Social está presente na IDES desde 1961. O Abrigo Lar São Vicente de Paulo, inserido no Núcleo Infantil da Instituição, foi o primeiro a solicitar campo de estágio

para estudantes de Serviço Social, e a estagiária selecionada tornou-se, em seguida, a diretora do Abrigo.

Hoje todos os Núcleos da IDES/PROMENOR contam com a presença de uma assistente social coordenando o desenvolvimento dos Programas e Projetos. A participação do profissional de Serviço Social dentro da Instituição é fundamental, pois é este que formula, avalia, implementa e altera os projetos vinculados aos Núcleos, tendo como referência as mudanças no contexto social.

Os objetivos do Serviço Social do NUFT estão concentrados na melhoria contínua, no atendimento de qualidade, na formação dos adolescentes, no exercício da cidadania, no desenvolvimento do ser humano, visando a um processo de formação para a vida dos usuários.

Sua atribuição ocorre através do desenvolvimento de ações de planejamento, orientação, supervisão, execução e avaliação de programas e projetos sociais aplicados aos usuários; elaboração de estudos, pareceres técnicos, entre outros, para tomada de decisão em processo de planejamento ou organização; o profissional participa também de trabalhos de equipe, fóruns, como o de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente, buscando contribuir na elaboração, análise e implementação de atividades.

No NUFT, duas são as assistentes sociais que atuam no Projeto Jovem Aprendiz. Vale ressaltar que a equipe de Serviço Social também é composta por profissionais de outras áreas, como pedagogo e auxiliar de escritório. Nessa relação com outras áreas profissionais, a interdisciplinaridade torna-se importante, visto que o trabalho desenvolvido na IDES/PROMENOR situa-se no bem-estar dos usuários, principalmente do seu público alvo (crianças e adolescentes), os quais estão envolvidos com a realidade atual e muitos deles encontram-se afetados pelas expressões da questão social<sup>32</sup>.

Neste sentido, segundo Melo e Almeida (1999, p. 234):

*O Assistente Social, como qualquer outro trabalhador, tem o seu processo de trabalho, até certo ponto, tecido por outros atores e determinado por condições econômicas e políticas, pelas diferentes organizações institucionais, pelas peculiaridades geográficas e culturais e pelas expressões exercidas pelas diferentes expressões da sociedade civil do Estado.*

---

<sup>32</sup> Segundo Iamamoto (2004), diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como seus frutos.

A percepção das fragilidades e das situações que dizem respeito aos usuários é fundamental no processo de atuação e exige investigação de todos os profissionais presentes, cada qual em seu fazer profissional.

As estagiárias de Serviço Social presentes na equipe do NUFT são responsáveis por todo o acompanhamento referente aos jovens aprendizes que estão inseridos nas empresas, bem como ao atendimento no Plantão Social, a fim de orientar os usuários que chegam até a Instituição.

Essas atividades realizadas pela equipe de estagiárias são importantes no que tange ao objetivo do PJA, sendo:

- Atendimentos no Plantão Social;
- Inscrições;
- Admissões;
- Treinamentos Admissionais;
- Acompanhamento escolar;
- Visitas institucionais e avaliações dos jovens nas empresas;
- Desligamentos;
- Encaminhamentos para entrevista;

Em todas as atividades desempenhadas, o Serviço Social está presente e busca agir de acordo com o projeto profissional e a missão<sup>33</sup> da Instituição. Todo o contato realizado com os usuários é munido de instrumentos técnicos operativos para dar efetivação às suas ações, tais como: encaminhamentos, entrevistas, observações, planejamentos, entre outros.

Como o NUFT lida com jovens e adolescentes, é importante saber diferenciar os atendimentos, pois o que se pretende é incentivá-los ao estudo e à aprendizagem. A atuação profissional deve proporcionar ao usuário a busca e oportunidades para o futuro e, através deste contato de motivação, busca-se manter um vínculo saudável com o jovem e sua família. Como já explicitado, por meio das conversas, dos contatos telefônicos, abordagens individuais, encaminhamentos, pretende-se manter contato com os usuários, tentando colocar em prática a questão do desenvolvimento social e crescimento do jovem.

---

<sup>33</sup> “atuar na assistência e formação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, visando promover a cidadania e o desenvolvimento social”. Disponível em: <<http://www.adjorisc.com.br/jornais/ides/conteudo/index.phtml?id=8712>>. Acesso em: 06 out. 2008.

O Serviço Social, trabalhando em prol da inclusão social, não atua de maneira diferente no PJA. Existe de fato a necessidade do acompanhamento do jovem nesse processo de formação profissional e a equipe do NUFT atua nessa premissa, estimulando o jovem ao crescimento pessoal e profissional. O incentivo ao estudo e à capacitação profissional, inclusive após o término do seu contrato de aprendizagem, também está entre as atividades do Serviço Social. Todos os meses são entregues pelos jovens documentos que confirmam sua frequência escolar, bem como suas notas, com a entrega do boletim escolar.

É ressaltada para os jovens a questão do comprometimento em realizar um bom trabalho, que deve existir tanto por parte da Instituição como do jovem, desenvolvendo de forma responsável suas atividades na empresa e na Instituição. Ressalta-se ainda a importância de um bom resultado nesse processo de aprendizagem, o que implicará um diferencial individual do adolescente, contribuindo assim para sua futura inserção no mercado de trabalho após o término do contrato.

Desta forma, antecedendo a contratação dos adolescentes nas empresas conveniadas, a equipe de Serviço Social convoca alguns jovens, preferencialmente aqueles que já se encontram na idade limite<sup>34</sup> de participação no PJA, para participarem do Treinamento Admissional, visto a importância de capacitá-los para esse processo de admissão nas empresas.

A partir de demandas trazidas também pelas próprias empresas conveniadas com a Instituição e que contratam os jovens, constatou-se a necessidade de capacitar os adolescentes inscritos no PJA para que possam atuar com mais clareza desde o primeiro dia na empresa.

Esse treinamento tem o intuito de preparar os adolescentes ao mercado de trabalho, bem como proporcionar o conhecimento sobre a Lei de Aprendizagem e o Projeto Jovem Aprendiz. Através desse contato, além de ser um dos momentos em que é possível o esclarecimento de dúvidas quanto à inserção no mercado de trabalho, repassam-se dicas e orientações de como interagir e agir num processo seletivo nas empresas, como também são reforçadas questões sobre comprometimento e postura profissional.

O treinamento, além de capacitar os adolescentes, é também o momento que se oferece para despertar suas habilidades, contribuindo com o fortalecimento de sua iniciativa, autonomia, persistência, empatia, ousadia, comprometimento, a busca da atualização

---

<sup>34</sup> A idade limite de participação do jovem inscrito no PJA é de 16 anos e 5 meses, visto o tempo de contrato firmado pelo PJA com a empresa contratante (17 a 19 meses) e a idade máxima (18 anos) para atuar como jovem aprendiz nas empresas.

constante, como o aprimoramento de seu relacionamento interpessoal, responsabilizando-se pelas consequências de suas escolhas e atitudes.

As constantes transformações no mercado de trabalho vêm exigindo profissionais mais preparados, críticos e competentes. Esse cenário atual, além de exigir qualificação técnica, quer profissionais com atitudes e habilidades, como: ética, criatividade, dinamismo, versatilidade, espírito de cooperação, proatividade e desejo de conhecer as novas tecnologias.

Nesta perspectiva, Zubatch (1999, p. 41) afirma que atualmente se atravessa um período de intensas e constantes mudanças no mundo do trabalho provenientes tanto do avanço tecnológico quanto da presença da política neoliberal que excluem do mercado de trabalho os indivíduos não qualificados.

É importante registrar que a atuação do Serviço Social na IDES/PROMENOR é voltada para uma formação que objetiva atender às necessidades das empresas, dos adolescentes, bem como o desenvolvimento do senso crítico, da emancipação e da cidadania de seus usuários, orientando-os para a busca da independência como sujeitos no desenvolvimento de competências que atendam à demanda do mercado de trabalho.

Segundo Silva (1997, p. 76), o mercado requer,

[...] um trabalhador cidadão com capacidades mais abrangentes e complexas para operar com novas tecnologias e estabelecer novas relações sociais [...] o indivíduo precisa conhecer o processo como um todo, que pense de forma global e criativa e que saiba encontrar aos problemas as respectivas soluções ou saídas.

É fundamental que a Instituição junto com o Serviço Social dê continuidade ao processo de formação do adolescente, enfatizando o desenvolvimento pessoal e profissional do jovem, evidenciando a importância da capacitação e aquisição de conhecimento como base para o aprendizado do trabalho e no processo de formação do indivíduo.

No que tange ao acompanhamento do jovem quando ele já está admitido na empresa contratante, o Serviço Social do NUFT também se faz presente. Durante o tempo de contrato em que o jovem aprendiz permanece nas empresas, as estagiárias do Núcleo são responsáveis pelo seu acompanhamento no local. Este é feito através de uma visita institucional, cujo objetivo pauta-se no acompanhamento do jovem no local de trabalho, visto a vigência da Lei n.º 10.097/00 e a importância do acompanhamento e orientação nesse momento de formação profissional em um ambiente profissional.



No momento em que é realizada a visita institucional, tem-se acesso ao local de trabalho do jovem, bem como contato com as pessoas que trabalham com ele e, principalmente, com o seu responsável e/ou orientador, obrigado a haver na empresa, para auxiliar o jovem aprendiz no desenvolvimento e apreensão das atividades.

Neste sentido, além de todo o acompanhamento realizado pela equipe do PJA junto ao jovem aprendiz, na empresa ele também recebe as devidas orientações advindas de um profissional que se dispõe a auxiliá-lo nessa etapa.

A equipe do NUFT procura conhecer e manter contato com o usuário desde sua chegada na Instituição, a partir do processo inscrição, até sua saída, seja por término de contrato ou por “arquivamento de inscrição.”<sup>35</sup> O momento da inscrição torna-se fundamental no que diz respeito à intenção do jovem em inserir-se no mercado de trabalho. Através de sua postura no momento da entrevista, pode-se identificar porque pretende trabalhar nessa fase da vida.

Sabe-se que muitos estão à procura de trabalho por imposição e vontade dos pais, outros pela independência financeira e por vontade própria ou também para ajudar na renda familiar. Muitas são as situações que levam os adolescentes a trabalharem nessa idade e a realidade vivida pela maioria contribui para que eles se insiram no mercado de trabalho mais cedo e busquem meios de relacionar-se e desenvolver-se socialmente.

Desta forma, torna-se essencial que os assistentes sociais se posicionem buscando a inserção daqueles que são excluídos pelo sistema, ou mesmo pela sociedade, nas relações sociais. É importante considerar que, como declaram Yamamoto e Carvalho (1986), o Serviço Social nesse processo de reprodução das relações sociais, não se situa unicamente como mecanismo de apoio ao capital, mas pode tornar-se um instrumento a serviço dos trabalhadores.

Pautando-se pelos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), têm-se importantes considerações que norteiam a atuação do assistente social em qualquer que seja a instituição empregadora:

- Reconhecimento da liberdade como valor Ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

---

<sup>35</sup> Esse processo é realizado quando se tem a informação de que o jovem não tem mais interesse na vaga, ou não pode mais concorrer a ela por completar a idade limite de participação no Projeto.

- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social do NUFT atua nesse processo, visando à inserção daqueles que não têm as mesmas condições de se desenvolverem socialmente quando comparados àqueles que apresentam meios sociais e econômicos, de se manterem na sociedade e realidade atuais.

Nesse momento, compara-se os popularmente chamados “jovem rico” e “jovem pobre”, quando este precisa vender a força de trabalho desde a adolescência para inserir-se e capacitar-se de acordo com as exigências do atual mercado, e aquele pode usufruir do lazer e capacitação profissional sem se sujeitar a esta venda da força de trabalho.

As situações mencionadas têm relação com as oportunidades que são oferecidas aos jovens. Por muitos não terem a oportunidade de inserir-se nas relações sociais sem precisar trabalhar no período da adolescência é que existem Projetos como o PJA, visando à necessidade de acompanhamento nesse momento de inserção no mercado de trabalho.

Embora alguns autores, como Iamamoto e Carvalho<sup>36</sup> escrevam que o Serviço Social está fortemente vinculado aos interesses da classe dominante reproduzindo a venda da força de trabalho, faz-se necessário que, de alguma forma, o indivíduo se inclua na realidade atual, a qual é intensamente atrelada à satisfação das necessidades avaliadas como básicas. Grande parte dos jovens inscritos no Projeto Jovem Aprendiz busca essa satisfação de necessidades tanto pessoais como da vida em família.

É do rendimento do trabalhador, isto é, do salário, que depende, portanto, a satisfação das necessidades básicas do produtor direto e de sua família, tais como: alimentação, saúde, lazer, habitação, educação, etc. E o preço da força de trabalho é socialmente determinado considerando-se o mínimo

---

<sup>36</sup> IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 5. ed. São Paulo. Cortez, 1986.

indispensável para cobrir as necessidades consideradas básicas em cada momento histórico particular, de acordo com o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 98).

Sabe-se que a adolescência é uma fase em que a atenção se volta principalmente aos estudos e desenvolvimento pessoal, porém não são todos que podem vivenciar desta maneira a sua juventude. O jovem inscrito no PJA busca autonomia, independência e experiência profissional, o que não pode ser abdicado. Se existe uma Lei para a inserção do jovem no mercado de trabalho, é preciso fazer valer o que rege essa Lei, e o PJA não atua somente de acordo com as imposições do capital atual, mas com a iniciativa de colocar em prática o que objetiva o jovem.

Entende-se que, oportunizando a inclusão do jovem no mercado de trabalho, esta inclusão poderá contribuir com o amadurecimento e desenvolvimento desse jovem diante da realidade em que se insere. E acreditando que a equipe de Serviço Social do NUFT executa de forma conivente os objetivos do PJA, na Seção a seguir, com uma pesquisa empírica, procurar-se-á avaliar o Projeto Jovem Aprendiz quanto à sua contribuição na inserção do jovem no mercado de trabalho, bem como identificar e averiguar outras demandas relativas aos jovens e o mercado de trabalho.

### 3 PESQUISA COM JOVENS APRENDIZES DESLIGADOS DO PROJETO JOVEM APRENDIZ

#### 3.1 A pesquisa

Através de estágio realizado no Núcleo Formação e Trabalho, no decorrer dos anos de 2007 e 2008, surgiu a intenção da pesquisa. Após serem desligados do PJA, os jovens que fizeram parte desse projeto rompem o vínculo com a Instituição, devido ao término de contrato, e o acompanhamento realizado pelo Serviço Social do Projeto é finalizado.

Observando tal situação, percebeu-se a necessidade de uma resposta quanto ao que acontece com o jovem após seu desligamento do PJA. A pesquisa, segundo Minayo (2003, p. 17) alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Desta forma, através do contato efetivado com os jovens no decorrer do estágio, questionou-se: a participação do jovem no Projeto Jovem Aprendiz oportuniza a sua inserção no mercado de trabalho após seu desligamento do Projeto? A partir de então, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em avaliar se o Projeto Jovem Aprendiz está oportunizando ao jovem a sua inserção no mercado de trabalho após seu desligamento. Já os **objetivos específicos** alternam-se em:

- Verificar junto aos jovens a importância da participação no Projeto;
- Averiguar se os jovens aprendizes foram efetivados na empresa após seu período de experiência;
- Identificar quantos adolescentes se encontram encaminhados e/ou inseridos no mercado de trabalho;
- Verificar se o PJA motivou o adolescente a procurar algum aperfeiçoamento profissional após seu desligamento na empresa.

Neste sentido, trabalha-se com uma **hipótese** que, para Gil (2002), é uma expressão verbal suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa, é a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema. Isto posto, acredita-se que a participação dos jovens no Projeto Jovem Aprendiz tenha contribuído de forma significativa na sua formação profissional, e que a maioria provavelmente se encontra encaminhada e/ou inserida no mercado de trabalho.

## 3.2 Metodologia

A partir do entendimento de Minayo (2003) sobre a metodologia, mais que uma descrição de métodos e técnicas, definindo instrumentos e procedimentos para análise dos dados da pesquisa, a metodologia é uma parte complexa que exige muito cuidado por parte do pesquisador.

Assim, a fim de facilitar a compreensão do procedimento metodológico, este será explicitado nos itens a seguir:

### 3.2.1 *Tipo de pesquisa*

Para a realização da pesquisa, adotou-se a abordagem quantiqualitativa, na qual “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe, ao contrário, se completa, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente” (MINAYO, 2003, p. 22).

O tipo de pesquisa utilizado é o tipo exploratório, e, segundo Gil (1999, p. 23), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo a possibilitar a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

### 3.2.2 *População*

Os jovens desligados do PJA no ano de 2007 constituem a população da pesquisa. Inicialmente foi contabilizado o número de jovens desligados do Projeto por término de contrato no ano de 2007, os quais se encontram atualmente na faixa etária entre 17 a 19 anos.

A preferência pela pesquisa com os jovens desligados nesse período reside no fato de que este foi o primeiro ano em que foram desligados os chamados “jovens aprendizes”. Nos anos anteriores, o PJA era conhecido como Programa Jovem Trabalhador (PJT), no qual os jovens inseridos eram denominados “jovens trabalhadores”, com horários de trabalhos e atividades diferenciadas dos atuais jovens aprendizes.

A IDES/PROMENOR conta com a participação de 80 empresas conveniadas ao Núcleo Formação e Trabalho. Durante o tempo de contrato em que o jovem aprendiz desenvolve as atividades nas empresas, podem ser vários os motivos relacionados ao seu

desligamento, a saber: completar a idade limite de participação no Projeto (18 anos), pedido de demissão, pedido de substituição pela empresa, reprovação escolar e término de contrato (17 ou 18 meses).

Desta forma, através das fichas cadastrais dos adolescentes na Instituição, tem-se que 306 foram os jovens desligados no ano de 2007 pelos motivos citados acima, dos quais 135 foram desligados por término de contrato, sendo estes os sujeitos contabilizados para a realização da pesquisa. Para se ter uma percepção mais profunda da forma como o Projeto contribuiu com o jovem no período de contrato e depois dele, optou-se na escolha daqueles que concluíram seu contrato conforme o tempo estipulado, ou seja, por término de contrato.

Como participam do Projeto meninos e meninas, notou-se a importância de entrevistar e analisar ambos os sexos. Assim, foi contabilizada a mesma quantidade de adolescentes para a realização da pesquisa. Dos 135 jovens desligados, foram escolhidos, aleatoriamente, 40 jovens, 20 meninos e 20 meninas, o que resulta na escolha de, aproximadamente, 30% do total obtido.

Porém, a pesquisa foi concluída com a participação de 32 adolescentes, dos quais 17 foram meninos e 15 meninas. A dificuldade no contato telefônico com esses jovens apresentou-se como limite para aplicação da entrevista. Os jovens selecionados fizeram sua inscrição no Projeto no ano de 2005 e muitos números de telefone já se alteraram nesse período, não proporcionando o devido contato.

### *3.2.3 Instrumento de coleta de dados*

Definida a população a ser entrevistada, foi realizado o contato telefônico verificando o interesse dos jovens em participar da pesquisa, bem como explicitando os motivos de tal pesquisa. Para tal, como instrumento de coleta de dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada (vide apêndice A), também chamada por Gil (2002) de “parcialmente estruturada” e que é guiada por relação de pontos de interesse explorados pelo entrevistador. O processo de contato telefônico e a entrevista com os jovens foram desenvolvidos no espaço físico da Instituição de estágio.

A base da entrevista pautou-se no que consta nos objetivos da pesquisa. O processo de entrevista, que, ainda segundo o autor, é a técnica de interrogação de maior flexibilidade, mostra-se fundamental nessa ação, pois é através desse contato com os jovens, que se pode desenvolver um momento mais próximo na troca de informações.

Assim, na entrevista foram levantadas questões referentes à passagem dos jovens pelo Projeto Jovem Aprendiz, bem como a experiência e desenvolvimento profissional após seu desligamento do referido Projeto. Procurou-se, desta maneira, contemplar as seguintes perguntas norteadoras:

- Após o desligamento do PJA, foi convidado a continuar trabalhando na empresa?
- Inseriu-se logo no mercado de trabalho após o desligamento?
- A experiência como jovem aprendiz valeu como referência para uma nova oportunidade?
- Atualmente está buscando aperfeiçoamento profissional?
- Como foi a participação no PJA, qual sua importância?

Durante a entrevista também procurou-se identificar o mês em que o jovem foi desligado, bem como sua idade, sexo e empresa em que atuou como jovem aprendiz, sendo esta de caráter público e privado, com diversas áreas de atuação, como bancos, supermercados, comércio, empresas de comunicação, dentre outras.

#### 3.2.4 *Pré-teste*

Antecedendo a aplicação definitiva da entrevista com as perguntas norteadoras, fez-se necessário desenvolver o pré-teste.

O pré-teste não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento. Não pode trazer nenhum resultado referente a esses objetivos. Ele está concentrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretendem medir (GIL, 2002, p. 119).

Para realização do pré-teste, foram escolhidos aleatoriamente quatro jovens dos 135 desligados por término de contrato. A entrevista semiestruturada foi testada com esses jovens para verificar a possibilidade de alterações nas questões contidas na entrevista, buscando dar melhor significado a elas. Entretanto, todas elas foram bem respondidas e interpretadas pelos jovens.

### 3.2.5 Realização da entrevista

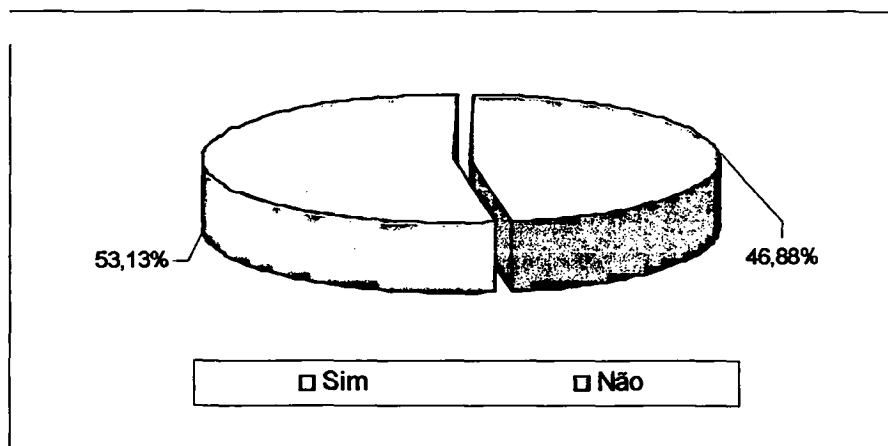
A entrevista com os quatro jovens do pré-teste e com os 32 adolescentes da pesquisa definitiva foi realizada na IDES/PROMENOR, nos períodos matutino e vespertino, entre os meses de outubro e novembro de 2008. A entrevista ocorreu sob minha orientação e conversa com os jovens, a fim de buscar maior aproximação com as informações e colocações expostas por eles.

Serão analisados a seguir os dados coletados a partir da pesquisa para compreensão dos objetivos propostos, bem como seus resultados.

### 3.3 Apresentação e análise dos resultados

Neste momento, serão apresentadas e analisadas as questões levantadas na entrevista semiestruturada aplicada aos jovens e aqui já expostas.

A primeira questão verificou se o jovem foi convidado a continuar trabalhando na empresa contratante após o término do seu contrato. O gráfico abaixo mostrará o percentual de adolescentes convidados e não convidados a continuar nas empresas.



**Gráfico 1: Percentual de jovens convidados a permanecer nas empresas**

Nota-se que 53,13% (equivalente a 17 jovens) dos jovens tiveram a oportunidade de contratação nas empresas. Porém, dentre eles, 12 não puderam aceitar o convite devido a fatores colocados pelos adolescentes, como: a idade em que se encontravam na época (16 ou 17 anos) não permitia a efetivação na empresa; o horário de trabalho passaria de 4 horas para



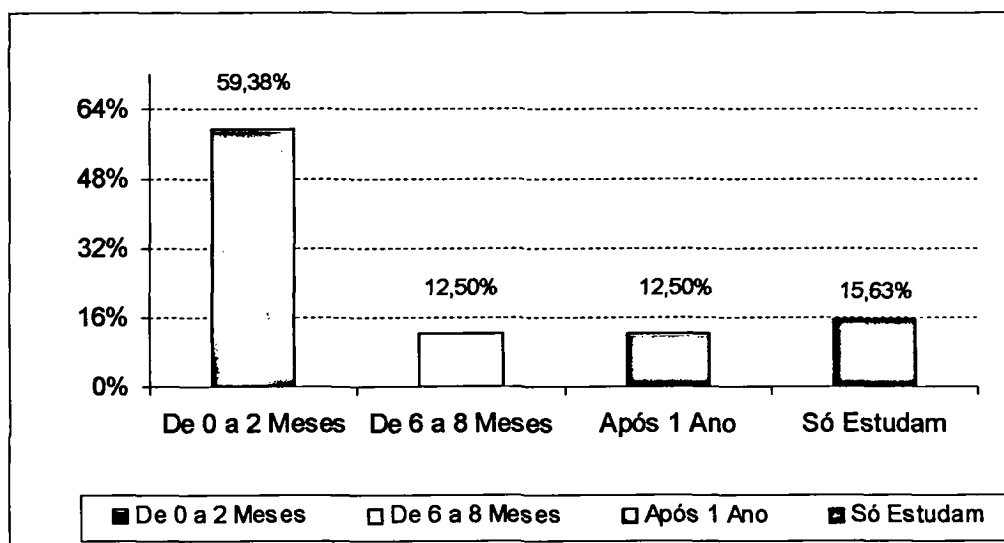
8 horas diárias, o que prejudicaria o estudo; existia a chance do contrato como estagiário, porém a remuneração não contemplava a necessidade de alguns.

A falta de experiência adquirida não foi o motivo pelo qual os jovens não foram convidados, mas, sim, as questões referentes à idade (questões legais) e a preocupação dos próprios jovens em valorizar o estudo e o crescimento intelectual nessa fase.

Dos cinco adolescentes que aceitaram o convite: dois ficaram na condição de estagiários por seis meses; dois foram contratados e estão até o momento na empresa e um permaneceu por oito meses e foi demitido para redução de funcionários.

Os motivos que não levaram as empresas a convidar os outros 46,88% (equivalente a 15 adolescentes) dos jovens para contratação não foi exposto por eles, assim o contrato como jovem aprendiz foi encerrado e o vínculo com a empresa contratante concluído. Existem empresas de caráter público vinculadas ao NUFT, ou seja, a contratação só existe mediante concurso público, o que também impede a efetivação de um jovem aprendiz após o término do seu contrato.

Entretanto, a segunda questão da entrevista procurou identificar se os jovens inseriram-se logo no mercado de trabalho posteriormente ao seu desligamento do PJA. Logo, o gráfico a seguir mostrará a partir de quanto tempo, após o término de contrato, os adolescentes inseriram-se ou não no mercado de trabalho. Lembrando que os cinco jovens citados anteriormente já permaneceram inseridos no mercado de trabalho.



**Gráfico 2: Tempo de inserção no mercado de trabalho após o desligamento**

Percebe-se que a maioria, 59,38%, conseguiu inserir-se num curto prazo de tempo no mercado de trabalho, o que mostra, segundo os adolescentes, que a experiência profissional obtida atuando como jovem aprendiz contribuiu para esse fato. Teve aqueles que preferiram dedicar-se apenas aos estudos, focando-se no aprendizado teórico. Alguns estavam concluindo o ensino médio, o que, conforme os jovens, exige muita dedicação, outros estavam começando a faculdade e optaram por aguardar algum estágio ou emprego na área de seu estudo. Um jovem relatou que, quando completasse 18 anos, voltaria à empresa em que atuou como jovem aprendiz, tendo a chance de contratação, pois a experiência valeu como referência.

Neste sentido, para os que conseguiram e escolheram continuar no mercado de trabalho, foi questionado se a experiência como jovem aprendiz foi referência e contribuiu com sua nova inserção no mercado de trabalho. As respostas foram positivas.

“Sim, falei sobre a experiência e acho que valeu.”

“Contribuiu muito, tive prática em vendas e no atual emprego é muito válido.”

“Para esta vaga contribuiu muito, a experiência foi fundamental.”

“Sim, foi meu primeiro emprego.”

“Sim, aprendi a lidar com pessoas.”

“Sim, foi bom, pois acrescentou no currículo, tive experiência.”

“Sim, viram que eu tinha experiência e gostaram.”

“Logo fui trabalhar num posto de gasolina, não tinha muito a ver, mas valeu para referência.”

“Contribuiu bastante, deu tranquilidade para mim.”

“Consegui o novo emprego por indicação da empresa. A experiência proporcionou conhecimento e também conhecer pessoas.”

“Com certeza. Na hora da entrevista contei minha experiência, minha efetivação por 8 meses na empresa e isto foi muito válido.”

“A experiência contribuiu para conseguir este novo trabalho, perguntaram se eu tinha alguma experiência.”

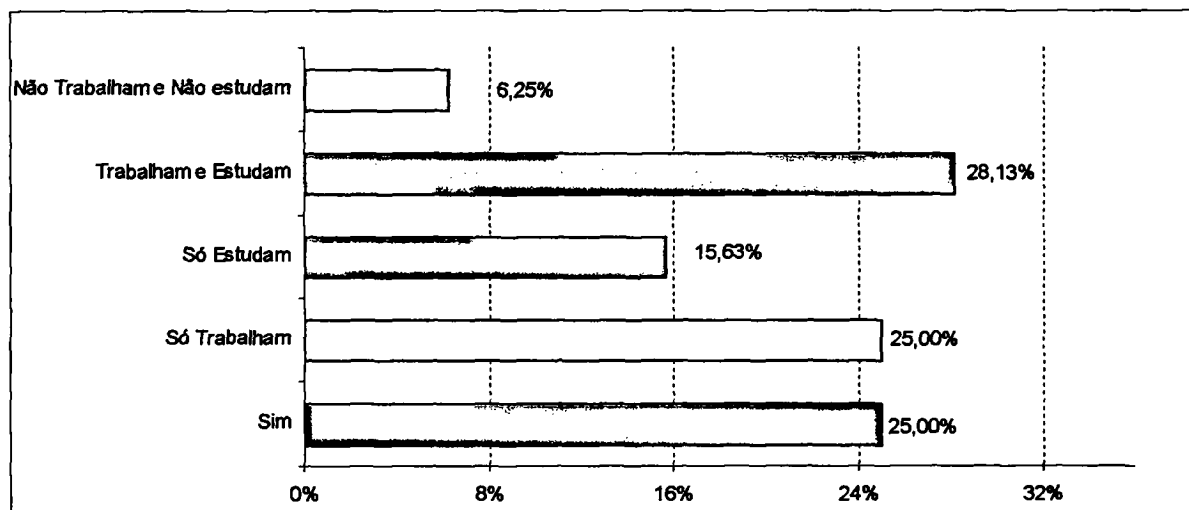
“O que aprendi na empresa ajudou na nova oportunidade, tive um bom feedback, me senti preparada.”

“Sim, pois como já havia experiência principalmente na área administrativa o currículo foi mais “aceito” e as pessoas já davam outro valor devido à experiência.”

Todos, com exceção daqueles que optaram por não trabalhar, declararam que a experiência foi fundamental para a nova oportunidade e inserção no mercado de trabalho. Mesmo aqueles que começaram a atuar em um novo emprego, mas que desistiram para aprimorar-se no estudo, relataram que a experiência adquirida durante o contrato foi essencial para a nova ocasião.

Entendendo que dar continuidade a esse processo de experiência é fundamental para o desenvolvimento profissional e a inclusão no mercado de trabalho, perguntou-se aos adolescentes se estão buscando atualmente algum aperfeiçoamento profissional, se, além de frequentarem o trabalho ou a escola, procuram algum tipo de capacitação, formação ou mesmo aprendizagem para o trabalho.

A formação constitui-se num processo que envolve novos conhecimentos tecnológicos e intelectuais, em que os saberes são obtidos tanto dentro quanto fora dos sistemas educativos, num processo contínuo de obtenção de experiências nos mais diversos contextos sociais. NASCIMENTO (2008, p. 36)



**Gráfico 3: Busca por aperfeiçoamento profissional**

Segundo a pesquisa, nota-se que é relevante o número de adolescentes aperfeiçoando-se profissionalmente, visto que 25,00% buscam o aperfeiçoamento, enquanto 28,13% apenas trabalham e estudam e 6,25% não se dedicam ao trabalho, nem aos estudos e ao aperfeiçoamento profissional. Quanto às atividades de aperfeiçoamento, foram citadas: cursos de informática, cursos técnicos e cursos superiores. Dentre os que trabalham e estudam, estes

declararam que pretendem juntar dinheiro para investir nos estudos (faculdade) e cursos técnicos, visando à capacitação profissional.

“No momento estou fazendo faculdade e trabalhando e não há tempo para cursos de aperfeiçoamento, mas tenho projetos em relação a isso e para o futuro.”

“No momento apenas trabalho para poder, no futuro, pagar minha faculdade.”

Aqueles que não trabalham e não estudam, representados por 6,25%, relataram preferir finalizar o ensino médio, para passar no vestibular e se dedicarem ao trabalho.

Durante o tempo de contrato como jovem aprendiz, toda semana os jovens participavam do dia de formação, conforme exige a Lei de Aprendizagem. Como já explicitado no trabalho, foram desenvolvidos módulos teóricos, a fim de proporcionar a aprendizagem e formação profissional durante o contrato. Este foi um momento de aperfeiçoamento profissional para os jovens, no entanto, é fundamental que dêem continuidade a esse processo, focando, se possível, em alguma área de interesse pessoal, estimulando a aprendizagem.

Assim, no que tange ao processo de aprendizagem e aquisição de conhecimento, por fim, questiona-se aos jovens como foi o período de participação no PJA e a sua importância. Como o Projeto visa ao desenvolvimento profissional e também o pessoal, faz-se importante para o NUFT, que trabalha com o Projeto Jovem Aprendiz, bem como para IDES/PROMENOR, ter um retorno dos jovens quanto ao processo de atuação, acompanhamento e funcionamento do referido Projeto. Neste momento, os adolescentes contam como se deu a experiência como jovem aprendiz na empresa e também no NUFT.

“Conheci muitas pessoas. Valeu a pena, tive boa assistência, incentivo.”

“Gostei muito, foi interessante, unia o teórico e o prático, não era só mecânico. Eu era muito tímida, ajudou na minha postura, amadureci. Não basta fazer, tem que fazer bem feito, é questão de responsabilidade.”

“Foi bem interessante, pois aprendi bastante nos cursos de quinta-feira e todo o aprendizado que tive no próprio supermercado foram muito importantes para minha formação profissional.”

“Foi bom, consegui meu primeiro emprego. A Tractebel foi uma família para mim, tenho amigos até hoje. Adquiri muita experiência e fui bem recebida.”

“Gostei muito, me deu noção do mercado de trabalho, a rotina. Pude ter independência financeira e aprendi a me relacionar com as pessoas.”

“Foi muito importante, o começo de tudo. Adquiri experiência e formação profissional.”

“Foi muito bom, além de conhecer a empresa e as pessoas, fui contratada.”

“Adquiri bastante experiência. O PJA dá suporte e recomendo o Projeto para os adolescentes, vale a pena. Hoje me sinto amadurecido. Obrigado!”

“Além de aprender nos módulos, saí preparado para o mercado de trabalho, senti que poderia trabalhar em qualquer área.”

“Foi bom! Apesar de não ter gostado muito das sextas-feiras, gostei muito, foi importante.”

“Bom, aprendi bastante. Não é fácil conseguir emprego sem experiência. Apesar do salário baixo foi bom. Apenas não gostava muito dos módulos.”

“Ótimo, o programa foi importante, pois proporcionou a minha inserção no mercado de trabalho e uma experiência profissional. Sendo que o trabalho desenvolvido na Tractebel era reconhecido pelos meus colegas e pelo meu supervisor.”

Através das falas obtidas, percebe-se a satisfação dos jovens em ter participado do Projeto. Para a maioria, este foi um momento de aprendizado para a inserção no mercado de trabalho, proporcionando a experiência profissional. Houve aqueles que não apreciaram a participação nos módulos na IDES/PROMENOR, mas que aproveitaram de certa forma a oportunidade na empresa contratante.

Desta forma, por meio da pesquisa realizada, pode-se avaliar que o Projeto Jovem Aprendiz tem proporcionado a inserção dos jovens no mercado de trabalho, ou mesmo o encaminhamento para tal. Conforme os números e as respostas obtidas, tem-se que o PJA colabora com essa inclusão e formação profissional, provocando no jovem a busca pelo aperfeiçoamento profissional, desenvolvendo as capacidades tanto profissionais como pessoais, priorizando também não só o desenvolvimento prático, mas o teórico.

O período da adolescência traz consigo situações de desafios, escolhas, dúvidas e também de crescimento. Acredita-se que a oportunidade de o jovem se desenvolver profissionalmente a partir dessa idade contribui com sua formação como indivíduo inserido na sociedade, visto o período de amadurecimento em que se encontra, mas como salientado, é

imprescindível a dedicação aos estudos e a momentos que proporcionem seu desenvolvimento social, e o acompanhamento por parte dos adultos e dos profissionais (no caso de participação em atividades) não pode ser renunciado.

Desde muitas décadas, existe a preocupação acerca da integridade das crianças e adolescentes na sociedade e esta deve ser preservada. Embora as políticas públicas voltadas a esta categoria não tenham sido de fato exercidas e concretizadas ao longo dos anos, o ECA traz de forma mais ampla e abrangente questões referentes aos direitos garantidos às crianças e adolescentes, que podem e devem ser devidamente trabalhadas pelas instituições (independente da esfera).

O direito à profissionalização, por exemplo, sendo o item em foco, contempla a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Infelizmente ainda se conta com a presença da exploração do trabalho infantil e adolescente, o que mostra como os direitos efetivados aos jovens ainda não é de fato entendido. O Serviço Social como meio de concretização de direitos pode contribuir com a formação profissional dos jovens e adolescentes conforme o que lhes é garantido.

Cabe às autoridades o controle e a fiscalização das irregularidades, promovendo de forma segura a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, visto que existe uma lei que assegura tal inclusão, quando estipula a idade mínima ao trabalho, o acompanhamento e a inclusão na formação profissional.

Desta forma, fica como sugestão que o PJA continue exercendo e desenvolvendo seus objetivos, os quais estão sendo alcançados, conforme a entrevista, e que podem ser mais explorados. Conta-se, neste processo, com a presença de estagiárias da área de Serviço Social e que mais podem se envolver profissionalmente, desenvolvendo projetos, treinamentos e atividades que contemplem o que a própria profissão propõe, enquanto mediadora de acesso aos direitos, bem como o PJA.

Percebeu-se que os jovens gostam da oportunidade de se desenvolver profissionalmente e socialmente quando inseridos no meio profissional ou do trabalho e nesta perspectiva que os profissionais do PJA devem atuar, proporcionando mais interesse, mais oportunidades e mais desenvolvimento profissional sempre acompanhado do social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da teoria contemplada e da análise da pesquisa presentes neste trabalho, nota-se a importância do acompanhamento que se deve apresentar diante do desenvolvimento dos jovens nos períodos abordados. Com o presente trabalho, procurou-se compreender as transformações que ocorrem na fase da adolescência e da juventude, trazendo à tona o que significa ou o que pode significar o trabalho neste momento.

O período da adolescência traz consigo dificuldades no sentido do relacionamento, e este deve ser entendido tanto pelos adolescentes como pela família ou por aqueles que com eles convivem. É fundamental saber lidar com essa situação de maneira positiva, colaborando com a convivência coletiva e social.

Vale destacar que as diferentes realidades existentes e vividas pelas famílias podem influenciar nessa convivência com os jovens e no seu desenvolvimento profissional. A falta de oportunidade ou a precariedade da escolaridade, muitas vezes, acarreta dificuldades no momento da inserção no mercado de trabalho ou mesmo nas relações sociais.

Entende-se que há distintas realidades nas quais os jovens com poder aquisitivo encontram-se com maiores possibilidades de desenvolverem-se socialmente, uma vez que podem investir mais no conhecimento e em capacitações profissionais. Já os que não apresentam as mesmas condições podem (alguns) contar com a presença de políticas públicas e sociais ou com projetos que os encaminhem para tal.

A oportunidade e o direito à profissionalização deveriam existir para todos os jovens e adolescentes, independente da realidade social. Este é um meio de levá-los a possibilidade do aprendizado profissional e que pode ocasionar não só o crescimento profissional, mas também o pessoal, através do envolvimento e troca de experiências com outras pessoas.

Existe um meio de proteção legal, através do ECA e da Lei de Aprendizagem, que proporciona o desenvolvimento profissional aos adolescentes. Este deve ser exercido e desenvolvido por profissionais competentes e que colaborem com a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Sabe-se, como também foi ressaltado no decorrer do trabalho, o quanto essa inserção no mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais concorrida, exigente e procurada, o que acarreta, de certa forma, insegurança por parte destes que buscam a inclusão.

Assim, foi possível observar o quanto o aperfeiçoamento profissional torna-se essencial desde o período da adolescência, quando os jovens começam a desenvolver-se emocionalmente e fisicamente dentro da sociedade, a qual apresenta as mais diversas

realidades. É na adolescência que os jovens começam a criar opiniões e a analisar de forma crítica a realidade que os cerca.

Essa transformação que ocorre na adolescência contribui com a formação individual dos jovens, e a capacitação e a busca pelo desenvolvimento profissional podem fazer parte desse processo de formação. Por meio da pesquisa realizada com os adolescentes e aqui apresentada, nota-se o quanto a oportunidade do trabalho significou no desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens.

Através da oportunidade usufruída pelos jovens no Projeto Jovem Aprendiz e na empresa (no local de trabalho), os adolescentes revelaram, segundo a pesquisa, o quanto a experiência profissional contribuiu com sua formação e visão da realidade, entendendo a responsabilidade que existe em buscar o desenvolvimento, bem como a realização profissional e pessoal.

A participação no Projeto proporcionou aos jovens a chance de se desenvolverem profissionalmente, embasados na teoria adquirida através dos módulos teóricos, que são exigidos por lei como meio de auxiliar e incentivar também o estudo teórico e a capacitação profissional.

Mais que uma oportunidade de emprego, esse momento pode ser entendido como um processo educativo, pois o acompanhamento profissional durante o contrato e a experiência como jovem aprendiz faz-se presente, junto com a intenção da Lei de Aprendizagem, em promover o desenvolvimento social.

Destaca-se a importância do Serviço Social, quando o objetivo da profissão consiste em atender aos usuários sem qualquer tipo de preconceito ou exclusão, levando a oportunidade de acesso aos direitos que são garantidos por lei e, por vezes, não contemplados ou meramente exercidos.

A partir da hipótese existente e da pesquisa realizada, conclui-se que a experiência como jovem aprendiz, oportunizada pelo Projeto Jovem Aprendiz, proporciona aos adolescentes o aprendizado profissional e o encaminhamento ao mercado de trabalho após o término do contrato. Segundo as falas obtidas, a experiência foi essencial no momento de novas oportunidades de trabalho.

Percebe-se, desta forma, a importância de dar ao jovem a chance de conhecer o trabalho através da prática, pois muitas vezes este passa a ser mais um meio de sustento para a família, além de oportunizar o aprendizado. Com esse envolvimento profissional e de aprendizagem, também se torna possível a relação social e a possibilidade da autonomia.



Entende-se que, quanto mais meios os jovens tiverem de se capacitar desenvolvendo teoria e prática nessa etapa da vida, mais chances terão no que tange ao seu desenvolvimento pessoal e profissional a partir das exigências já impostas pelo mercado de trabalho e que fazem parte da realidade atual de toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**, 1ed. 2005.

ALBERTON, Suzan. **Juventude e adolescência: uma reflexão quanto à construção destes conceitos**. Disponível em: <[www.marista.org.br/pastoral/documentos/Suza\\_Alberton.pdf](http://www.marista.org.br/pastoral/documentos/Suza_Alberton.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon; MARTELETO, Regina Maria; SOUZA, Donaldo Bello de. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 14-24, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a02v29n3.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

BRANCO Pedro Paulo Martoni. *Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas*. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**, 1ed. 2005.

BRASIL, Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CFESS). Alterado pela Resolução CFESS n. 290. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 60, 30 mar. 2003. Seção 01, p. 4004-4007. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao\\_etica\\_cfess.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf) Acesso em: 12 Novembro 2008

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

\_\_\_\_\_. Lei n.º 8069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Auriverde, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 10.097/00. **Lei da Aprendizagem**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm)>. Acesso em: 17 set. 2008.

\_\_\_\_\_. **LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social.** Disponível em: <<http://www.prattein.com.br/prattein/dados/anexos/113.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2008.

CALIGARIS, Contardo. **A adolescência.** São Paulo: PubliFolha, 2000.

CANTONE, Alaide Degani de. **Adolescência e família: a difícil arte de adolecer,** 2001. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/portal/modules/news/article.php?storyid=97>>. Acesso em: 28 nov. 2008.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho infantil: a negação do ser criança e adolescente no Brasil.** Florianópolis: Oab/SC, 2007. 312 p.

DAYRELL, Juez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 5/6, n. 24, p. 40-52, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES & ROMANELLI. A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 7, n. 2, p. 117-126, jul./dez., 2002.

GUIMARÃES, Nídy Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional,** 1ed., 2005.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 91, 2007.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** 1ed. Rio de Janeiro: Difel, 2000. v. 1, 301 p.

HOFFMANN, Iassana. **Adolescentes em abrigos e o direito a profissionalização.** 2008. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. **Temporalis,** Brasília, n. 3, p. 9-32, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.**

10. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 326 p.

\_\_\_\_\_. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.), et al. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. [S.l: s.n.], jun. 2006.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 5. ed. São Paulo. Cortez, 1986.

MACHADO, F. Q. Por uma história da juventude brasileira. **Revista da UFG**, v. 6, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/juventude/juventude.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/juventude/juventude.html)>. Acesso em: 28 nov. 2008.

MELO, A. I. S. C. de; ALMEIDA, G. E. S. de. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Mód. 4. Brasília, Cead, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Fabiana R. do Nascimento. **A inserção do jovem aprendiz em empresas conveniadas com a IDES/ PROMENOR**. 2008. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Serviço Social) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

NORONHA, E. G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p.111-129, out. 2003.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinario. A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. In: BONETTI, Dilséa A. **SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA Convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, E. G.; FREITAS, V. P. A proteção legal do jovem trabalhador. **Revista da UFG**, v. 6, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <[www.proec.ufg.br](http://www.proec.ufg.br)>. Acesso em: 10 nov. 2008.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci, sua teoria: influência no Brasil, incidência no Serviço Social**. 3. ed. São Paulo, Florianópolis: Cortez, UFSC, 2004, v. 1, 235 p.

SILVA, Inês Amaro da. **Competência e cidadania no mundo do trabalho**. Porto Alegre: Veritas, 1997. 114 p.

SILVA, Maria L. de Oliveira e. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 83, 2005.

SILVA, Maria O. da Silva e. O Serviço Social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 44, abr. 1994.

SANTOS, Edna C. dos. **O trabalho do adolescente e as políticas sociais**: uma análise da experiência vivenciada no Programa Jovem Trabalhador. 2004. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

TIBA, Içami. **Puberdade e adolescência**: desenvolvimento biopsicossocial. 6. ed. São Paulo: Ágora, 1986.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Mod. 4, Brasília, Cead, 2000, p.19-34.

ZAGURY, Tânia. **O adolescente por ele mesmo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

ZUBATCH, Karine Oara. **PROMENOR, trajetória institucional e os desafios da atualidade**. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

## **APÊNDICES**

# **APÊNDICE A**

## **Entrevista Semiestruturada**

**Pesquisa: Projeto Jovem Aprendiz - PJA****Perguntas Norteadoras**

Mês de desligamento: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

Homem ( ) Mulher ( )

Idade: \_\_\_\_\_

Após o desligamento do PJA, foi convidado a continuar trabalhando na empresa?

Sim ( ) Não ( )

Aceitou? Sim ( ) Não ( )

Sim – está contratado até o momento? \_\_\_\_\_

Não – por que não aceitou? \_\_\_\_\_

Inseriu-se logo no mercado de trabalho após o desligamento?

A experiência como jovem aprendiz valeu como referência para uma nova oportunidade?

Atualmente está buscando aperfeiçoamento profissional?

Como foi a participação no PJA, qual sua importância?